

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROJETO ESPORTE A MEIA NOITE E
SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA JUVENIL NO DISTRITO
FEDERAL

Gilvan Ferreira Ribeiro

BRASÍLIA
2004

GILVAN FERREIRA RIBEIRO

**UMA REFLEXÃO SOBRE O PROJETO ESPORTE A MEIA NOITE E
SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA JUVENIL NO DISTRITO
FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Física da Universidade Católica de Brasília, como requisito para o exame de qualificação ao Mestrado em Educação Física.

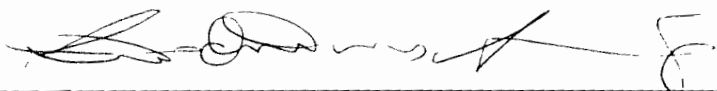
**Orientador: Prof. Dr. Luis Otávio Teles
Assumpção**

**BRASÍLIA
2004**

Dissertação defendida e aprovada,

em 25 de MAIO de 2004

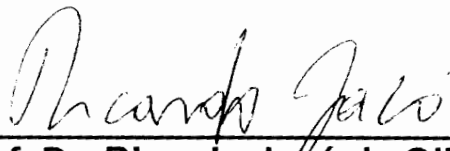
Pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Luís Otávio Teles Assumpção



Prof. Dr. Lúcio Castelo Branco



Prof. Dr. Ricardo Jacó de Oliveira

DEDICATÓRIA

Aos professores Luis Otávio Teles Assumpção
e Ricardo Jacó de Oliveira.

Pelos valiosos incentivos dados para a realização
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular

Ao Prof. Dr. Lúcio Castelo Branco pelos estímulos para que eu prosseguisse com o curso durante momentos difíceis;

A Darlan Lopes de Farias e a Juliana Travassos que ajudaram na redação e na realização da revisão dos textos.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	VII
RESUMO	VIII
1.INTRODUÇÃO.....	9
2.FENÔMENO A SER ESTUDADO (OBJETIVO)	14
3.REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 UMA ANALOGIA COM O “ESPORTE PARA TODOS”	15
3.2 OS CONCEITOS.....	19
3.2.1 A Ideologia	19
3.2.2 A Violência.....	23
3.2.2.1 Uma Visão Psicanalítica Sobre a Violência.....	31
3.2.2.2 A Violência Juvenil.....	36
3.2.2.2.1 Participação do adolescente na população brasileira.....	36
3.2.2.2.2 Escolaridade e Ocupação	37
3.2.2.2.1 O adolescente e o ato infracional no Brasil.....	39
3.2.2.2.2 Adolescentes Infratores: quantos são, onde estão.....	40
3.2.2.2.3 As gangues.....	43
3.2.2.2.4 A Violência Juvenil no Distrito Federal	48
3.3 ESPORTE E CONTROLE DA VIOLÊNCIA.....	51
3.3.1 A Atividade Esportiva e a Redução da Violência.....	53
3.4 ESPORTE TAMBÉM PRODUZ VIOLÊNCIA.....	56
3.5 O PROJETO "ESPORTE À MEIA NOITE"	58
3.5.1 O que é o Projeto "Esporte à Meia Noite"	58
3.5.2 Operacionalização do Projeto.....	59
3.5.3 Histórico	62
3.5.4 O Projeto Esporte à Meia Noite em Ceilândia	63
4.METODOLOGIA.....	65
5.RESULTADOS	68
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM O PESSOAL DO CORPO OPERACIONAL DO PROJETO “ESPORTE À MEIA-NOITE”	68
5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROJETO ...	70
5.3 ANÁLISE DE DADOS DA DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	84
6.DISSCUSSÃO	87
7.CONCLUSÃO.....	90

8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
Anexo I.....	98
Anexo II.....	102
Anexo III	
a.....	106
b.....	107
<i>Abstract</i>.....	108

LISTA DE TABELA E GRÁFICOS

Tabela I - Nº de ocorrências em 2002 e 2003 na Delegacia da Criança e do Adolescente, referentes ao Setor O (Ceilândia/DF).....87

Gráfico I - Pesquisa: Como o desemprego aumentou o crime (Revista Época; nº 307: 05/04/2004).....107

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar se o Projeto “Esporte à Meia Noite” está realizando efetivamente o que se propôs a fazer em seus documentos, isto é, combater a criminalidade juvenil com práticas esportivas, educativas e culturais. A metodologia utilizada foi a da abordagem qualitativa, valendo-se de questionários e entrevistas semidirigidas em algumas poucas situações onde não se viabilizou a aplicação daqueles. Os resultados apontaram um grande distanciamento entre o que consta como objetivo a ser alcançado, além de suas formas de operacionalizá-lo e o que efetivamente é executado junto aos adolescentes do Projeto. A conclusão foi a de que o Projeto é fundamentalmente um instrumento de propaganda ideológica do Estado frente a uma parcela da população carente das periferias do Distrito Federal, não atribuindo a devida importância às reivindicações por transformações na qualidade de vida por elas almeçadas.

1. INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2000 as manchetes dos noticiários nacionais têm se ocupado de forma crescente com fatos sociais ligados à violência repercutindo na economia do país, tais como os gastos no seu enfrentamento e os impactos provocados, inclusive com perdas de investimentos. No ano de 2003, 10% do Produto Interno Bruto do Brasil, cerca de R\$ 120 bilhões, corresponderam aos custos com a violência no país. No Distrito Federal essas despesas também chegaram a R\$ 2,95 bilhões, 10% do PIB local. Trata-se de um, dentre muitos fatos relacionados à violência que têm sido foco das notícias em nossos meios de comunicação.

Ainda em 2003, dados da Organização Mundial da Saúde colocaram o Brasil como campeão mundial em homicídios, com um assassinato a cada 12 minutos. Com 3% da população mundial, o país detém 13% dos assassinatos.

Pesquisadores da UNICEF, em 2001, afirmaram que as pessoas com idade entre 15 e 24 anos, são as que mais praticaram homicídios no Brasil, sendo também suas maiores vítimas.

Segundo relatório da Polícia Civil, em 2002 foram mortos 55 jovens ligados a grupos de pichadores no Distrito Federal, sendo as gangues juvenis da cidade satélite de Ceilândia as mais violentas.

Os registros de homicídios cometidos por menores no Distrito Federal apontaram 129 casos ao longo do ano de 2002, enquanto, somente no primeiro semestre de 2003 esses números chegaram a 121. Outro sintoma do clima de violência que estamos vivenciando está na apreensão de 288 armas de fogo com menores, realizada pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) em Brasília no ano de 2003.

Poderíamos fornecer muitos exemplos demonstrando a violência crescente em nossa sociedade. Citamos somente alguns casos, sem a intenção de sermos exaustivos, mas para repropormos a importância da questão.

Estudos de campo, segundo Álvaro Acioli (2002), mostram que sociedades desprovidas de agressividade não são tão raras, como ainda hoje se supõe. Também comprovam que em qualquer sociedade a agressividade está ligada a um universo maior; guarda uma relação direta com o grau de organização dos agrupamentos sociais, a forma de funcionamento do poder e a divisão de classes, entre outros aspectos.

A agressividade é, sobretudo uma manifestação do modelo social e não traço isolado de um comportamento individual ou particular. A esse respeito consultar Anexo III, com gráficos da Revista Época, nº 307, 05/abril/2004.

Nesse sentido, poderá a violência ser um traço definidor dos adolescentes atuais? Frequentemente deparamos com essa questão ao

estudarmos o problema da violência. A situação de competição em busca da auto-afirmação perante a sociedade, nesses jovens, estará como principal motivação da violência?

Se a violência fosse parte marcante do jovem contemporâneo nada haveria a fazer, pois mesmo reprimindo-a, controlando-a, ou recalçando-a, esta, logo ressurgiria em maior ou menor grau.

Mas então, como explicar notícias como esta:

“BOM EXEMPLO: Carlos, o feliz da vida: Ex-pichador e líder de gangue conta, em livro, a história de uma adolescência entregue ao crime e às drogas e de como conseguiu abandonar o submundo do vandalismo para nascer de novo (CORREIO BRAZILIENSE, 03/JUL/2003)”.

E os inúmeros jovens com ativa vida social que nunca precisaram lançar mão da violência para obterem reconhecimento de seus pares?

Em pesquisa do ano de 2002, a Promotoria da Infância e da Juventude do Distrito Federal citada pelo JORNAL DE BRASÍLIA (16/JUL/2003), indicava que praticamente um em cada dez adolescentes já cometeu alguma infração.

Dessa forma, trataremos neste estudo, dos fatores exteriores e interiores que interferem no comportamento violento ou não dos adolescentes. Atualmente e de forma acentuada em certas parcelas da juventude de nossa sociedade vive-se um sentimento difuso de insegurança que provoca um sentimento de violência não direcionado em especial contra alguém em particular, mas que impregna toda

realidade social. Este sentimento gera fenômenos estranhos dentre eles a indiferença mais completa pela situação em que os outros se encontram constituindo, segundo alguns estudiosos, estes dois aspectos, fenômenos específicos da violência.

É nesse quadro, onde a violência juvenil se torna preocupante, que a prática esportiva surge como uma função limitadora de tais condutas delinqüentes, devido ao seu caráter educativo e cultural.

Para alguns pesquisadores, os efeitos do esporte sobre as condutas individuais e sociabilizadas daqueles que o praticam já foram largamente constatados, constituindo um sistema de produção do próprio “eu”, através de processos que promovem a estruturação da personalidade e o reconhecimento gratificante de si mesmo através do “outro”.

As influências das atividades esportivas sobre comportamentos individuais e coletivos são de tamanha dimensão que se tornaram objeto de políticas de governos em várias partes do mundo ao longo da história dos povos. Nesse quesito contaremos com a contribuição do estudo de Kátia Brandão intitulado “Esporte para Todos”. Partindo daí chegaremos a análise de um outro programa governamental, o chamado Projeto “Esporte à Meia Noite”, que o governo do Distrito Federal criou em 1999 para a nossa juventude mais desfavorecida econômica-socialmente,

visando desestimular a delinquência destes, principalmente quando passam a integrar as gangues de pichadores.

O Projeto “Esporte à Meia Noite”, é coordenado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e para sua realização conta com parcerias de outros órgãos governamentais e não-governamentais.

A meta principal deste Projeto é desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas para adolescentes, no período noturno com o objetivo de diminuir a criminalidade juvenil.

2. FENÔMENO A SER ESTUDADO (OBJETIVO)

Neste estudo o propósito foi verificar como as atividades esportivas, culturais e educativas estão sendo desenvolvidas no Projeto “Esporte à Meia Noite” e o que tem acontecido de fato nesta interação com os adolescentes quanto à violência juvenil no Distrito Federal.

Se considerarmos que nossa sociedade ultimamente tem se caracterizado por violências contra seus cidadãos, nos mais diversos sentidos da vida social e individual, cabe nos perguntar se a prática de atividades esportivas poderia ter o alcance necessário para promover mudanças de condutas na juventude.

No intuito de buscar esclarecimentos para essa dúvida vamos promover um estudo do fenômeno do delito entre adolescentes infratores e a possível influência das suas participações nas atividades esportivas do Projeto ocasionando ou não mudanças em suas condutas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. UMA ANALOGIA COM O “ESPORTE PARA TODOS”

Em se tratando de realizações governamentais no plano internacional, projetos da natureza do “Esporte à Meia Noite” não são originais.

Em 1967, um importante programa social que visava envolver grande parcela da população tradicionalmente excluída das atividades esportivas surgiu na Noruega. Este programa recebeu o nome de “Esporte para Todos” sendo uma resposta ao chamado desporto de alto nível ou de alto rendimento.

Como o discurso do “Esporte à Meia Noite” tem características que lembram o “Esporte para Todos”, julgou-se adequado utilizar tal referência bibliográfica como base de reflexão.

O programa “Esporte para Todos” foi formulado pela primeira vez em 1966, pelo Conselho da Europa, em âmbito internacional, com a preocupação de promover o esporte na perspectiva da educação permanente e do desenvolvimento cultural, numa tentativa de estender os benefícios do esporte ao maior número possível de pessoas.

Os princípios do “Esporte para Todos” encontram-se nos textos 1 e 2 da “Carta Européia do Esporte para Todos”, a qual afirma que “o esporte é capaz de oferecer atividades criadoras e ocupações

recreativas, podendo contribuir para o desenvolvimento pessoal e social”. Reafirma a necessidade de um mínimo de exercício físico para o homem alcançar o equilíbrio fisiológico e psicológico. Ressalta ainda o especial valor do esporte à medida que exerce grande atração em todas as esferas da população.

A “Carta Européia” entende que a promoção do esporte favorece o desenvolvimento humano, devendo ser incentivada e devidamente sustentada por fundos públicos. O esporte é visto como um componente do desenvolvimento sócio – cultural e sua prática deve se dar conjuntamente à política geral para a educação, saúde, assuntos sociais e atividades recreativas. Alerta ainda para a proteção do esporte e dos atletas contra qualquer tipo de exploração com fins políticos, comerciais ou econômicos, e práticas abusivas aviltantes, inclusive o uso de drogas.

Lembra Cavalcanti que, respaldando o “Esporte para Todos”, a UNESCO também publicou um documento sobre este programa em 1977, intitulado “O papel da educação física e do esporte na formação da juventude na perspectiva da educação permanente”. No capítulo II desse documento, recomenda-se que o conceito de educação permanente, aplicado ao esporte, proporcione maiores oportunidades, ao contrário de eliminar, seja quem for, por meio de uma seleção rigorosa e impiedosa. Esta perspectiva considera importante que a educação física permita a cada pessoa não só praticá-la segundo os seus meios, como também se

aperfeiçoar progressivamente, mesmo que de forma modesta, ou ainda encontrar satisfação nesta prática ao contrário de buscar altas performances “inacessíveis”. (*idem*: 32)

No Brasil, em 1975 os ideais do “Esporte para Todos” ganharam dimensões populares, com a campanha “Mexa-se”, promovida pela Rede Globo de Televisão, a qual tinha por objetivo mobilizar a população brasileira para a prática da atividade física.

Na linha de atuação governamental, esses princípios do “Esporte para Todos” no Brasil vinham se desenvolvendo no Ministério da Educação e Cultura desde 1971, com a elaboração do anteriormente citado “Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil”, que criou a área do desporto de massa para a Educação Física brasileira. (Cavalcanti, 1984:17).

O “Esporte para Todos” teve a duração de dois anos, sendo desativado no final de 1978. Seu resultado foi o envolvimento de 2.772 municípios em todo o Brasil e cerca de 9,7 milhões de pessoas participaram nos eventos de massa, “consolidando-se definitivamente” as ruas de lazer e colônias de férias (Corrêa *apud* Cavalcanti 1984, p.18).

O discurso do “Esporte para Todos” não alcançou os objetivos propostos. Em sua tese de Mestrado, Kátia B. Cavalcanti (1984) demonstrou que este programa foi, antes, mistificador, de natureza

técnico – burocrático, enfatizando as técnicas que expandissem a prática do esporte e desconsiderando as relações deste com os aspectos econômicos, sociais e políticos da realidade na qual está inserido.

Cavalcanti, apoiando-se em Bouet, sustenta que o esporte não pode ser reduzido às dimensões técnicas, tal como realizado pelo Programa.

O “Esporte para Todos”, na avaliação de Cavalcanti, também não resulta de uma reivindicação popular, mas configura-se como uma proposta de Estado, tendo como preocupação a utilização do tempo livre. A prática do esporte quer seja formal ou não, tem sido, diz a autora, uma solução eficaz para se manter o controle social.

3.2. OS CONCEITOS

3.2.1. A Ideologia

A ideologia, segundo Ramos (1984:19), inverte e distorce fatos da realidade, visando objetivos de interesse da classe dominante. Mas isto não seria exclusividade das sociedades de classes, afirma. Todo sistema social necessita de ideologia como condição para se manter, “uns mais, outros menos, dependendo do grau de exploração” (idem).

No caso de sociedades do tipo em que vivemos – capitalistas – o autor citado explica:

“A burguesia organiza uma ideologia para justificar o capitalismo, como ordem natural. Ela disfarça a dominação (...). Não são apenas idéias burguesas. Elas se espalham. Tornam-se comuns para toda a sociedade. Com isso, preservam e legitimam o capitalismo” (RAMOS, 1984:19).

Coube às condições propiciadas pela divisão do trabalho, separando trabalho intelectual de trabalho material, fazer surgir à ideologia. Os intelectuais ao se dedicarem somente a produção de idéias, perderam vínculos com parcela significativa do real, ou seja, se distanciaram demais das condições materiais existentes. Daí elaborarem concepções ideológicas a respeito do mundo: de modelos idealizados deduzirem o real.

Citando Marx, Ramos em sua obra diz que a ideologia é motivada pelas condições materiais de produção, mas se expande para além

deste contexto da vida econômica, chegando com suas ilusões e enganos à vida social. Essa motivação se daria porque as relações de produção estariam organizadas para não serem percebidas e para ficarem “escondidas” são criados disfarces que podemos denominar de falsa consciência.

Sendo assim, os trabalhadores não percebem o tipo de relação mantida com a burguesia e com a mercadoria produzida (fetichizada), ficando alienados física e mentalmente, sem a consciência de que são eles próprios os criadores de todas as riquezas, de todas as mercadorias, provocando a acumulação do capital. Eles trabalham, então, no que não lhes pertencem. Não recebem o que produzem. Não escolhem, não decidem e nem planejam o que produzem. Enfim, estão dominados.

Outro pensador, lembrado por Ramos em seu livro, foi Gramsci ao falar da ideologia historicamente orgânica que favoreceria a transformação social, favoreceria a organização das massas e favoreceria a tomada de consciência de classe. A esta ideologia se contraporia a ideologia dependente ou tradicional, portadora de incontáveis equívocos e sem compromisso com a verdade, que ajudaria desta maneira os interesses da classe dominante.

A dominação social, segundo o autor, poderia acontecer pela repressão, usando-se da força física ou da coação e, também poderia

acontecer pelo uso da ideologia através da cooptação, consenso e persuasão, entre outras maneiras.

Uma outra maneira ideológica de dominação social seria a psicológica ao utilizar os mecanismos da legitimação (ao se fazer acreditar que algo é desejado por todos), da mistificação (ao se fabricar falsas teorias sobre as relações sociais, manipulando-as) e da hegemonia (ao se absolutizar um modelo de vida, como única opção viável, segundo critérios da burguesia).

E seria pela hegemonia cultural que a classe dominante se imporia ao proletariado e garantiria o poder do Estado, não permitindo qualquer mudança social, afirma Ramos.

Segundo Chauí (1980), a ideologia é:

“(...) um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado” (CHAUÍ, 1980:113).

A ideologia é ilusória por apresentar uma aparência que oculta a maneira pela qual a realidade social foi produzida. E é nesse sentido que trabalhamos nossa análise sobre o Projeto “Esporte à Meia Noite”, cuja

proximidade com a propaganda ideológica do Estado o liga a objetivos econômicos e a interesses da classe dominante.

Assim, o Projeto tentaria mostrar que quem sai ganhando com suas ações não são os representantes do sistema, mas os adolescentes participantes de suas atividades. Essa publicidade ideológica mascara a realidade e não deixa estes adolescentes tomarem contato com os meios concretos e possíveis de suprir suas necessidades, transformando as atividades esportivas no fetiche que satisfaz.

O Projeto passaria a promessa de satisfação de uma necessidade que se extrapolaria em muito às possibilidades que as atividades esportivas possibilitariam. Ele fundamenta-se em apelos visando despertar emoções de prazer, alegria, felicidade que dependeriam da oferta destas atividades àqueles adolescentes sem alterar seus contextos histórico e social. Cria a impressão de que atendem a seus interesses, ocultando os efeitos da exploração e marginalização a que são submetidos pela exploração de uma sociedade de classes.

Deste modo à tão divulgada má distribuição de rendas não permite nem a satisfação das necessidades destes marginalizados, quanto mais a satisfação de suas aspirações como jovens com “todo um futuro” pela frente.

3.2.2.A Violência

O conceito de violência é bastante complexo, envolvendo visões multifacetadas, contradições e incoerências. Seu entendimento decorre de condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas. A violência pode ser tratada do ponto de vista da banalização de suas ocorrências, ou seja, como algo corriqueiro, “normal”, coisa do dia-a-dia, gerando um estado de indiferença que impossibilita questionamentos, reflexões e tentativas de mudança. Também pode ser tratada como uma postura ativa, que problematiza, buscando dar conseqüência aos movimentos culturais e sociais atuantes em prol de sua superação. Há os que a tratam sob a ótica da cidadania, da ética, da moral, das psicopatologias, da sociopatia (transtorno da personalidade anti-social), das drogas, das novas relações intrafamiliares, da globalização, das condições de trabalho, da crise social, do desemprego, da degradação das condições de moradia, da pobreza, dos meios de comunicação de massa e da publicidade, dos preconceitos, das práticas discriminatórias.

Neste capítulo apresentaremos algumas dessas dimensões pelas quais ela se revela.

Nem sempre a violência possui uma estrutura facilmente identificável, o que dificulta a compreensão imediata de seu caráter e natureza. Ela assume muitas vezes a aparência de ato rotineiro,

“natural”, podendo *“envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizada como violência”* (ODÁLIA, 1983: 23).

A violência não tem um único significado e deve ser historicamente situada e compreendida. Neste sentido, cabe citarmos:

“Quando extremamente pulverizada ou rotineira a violência parece banalizada e diluída, até mesmo aceita e legitimada por uma cultura de que uma violência justifica a outra, de ruptura dos limites sociais da convivência e da cidadania” (FALEIROS, 1998:1)

Ao longo de sua história a humanidade parece ter sido acompanhada pela violência, às vezes de maneira dissimulada como prática manipuladora da dominação entre desiguais, outras vezes assumidamente explícita. Variando em intensidade, ela passou de circunstancial a situação rotineira nos grandes centros urbanos do País e em boa parte do planeta.

Por nos ser mais imediata e sensível, a violência que mais comumente percebemos é a que se exprime pela:

“Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família” (ODÁLIA, 1983:9).

Em larga medida as análises sobre o assunto têm identificado-a com a criminalidade e a ação policial nos grandes centros urbanos:

“A violência não é apenas física, é também o ato de humilhar, excluir, ameaçar, desrespeitar, ser indiferente e omissos para com o outro”. (WAISELFISZ, 1997: 12)

Segundo Faleiros, há que distinguir o significado da violência para os que se colocam na defesa da ordem estabelecida daqueles que defendem a mudança e a quebra da ordem.

Quando usada pelos defensores da ordem almeja o aniquilamento dos adversários pelo terror ou pela negação do conflito, fixando os mecanismos de solução segundo o ponto de vista do dominante. A paz que se consegue não considera a negociação e a autoridade, mas antes a obediência e a submissão. Não tem como fundamento o direito, mas a vigência do poder de classe estabelecido.

Para os que defendem a mudança, a perspectiva se orienta no sentido das lutas dos movimentos sociais de liberação buscando a justiça, inclusive se posicionando contra os obstáculos impostos pela ordem estabelecida, ou seja, querem uma sociedade menos injusta, pois há na ordem situações que representam a consolidação da injustiça.

No Brasil a violência da ordem se articula com a benemerência do clientelismo que, por sua vez, mantém ou consolida a injustiça, diz Faleiros. Esta relação repressiva é estruturante do escravismo e do poder dos senhores e coronéis que se instalam no topo da pirâmide e em certos cargos públicos de autoridade.

A ordem social traz também uma violência discriminatória que hierarquiza, exclui, dificulta, inverte o disposto na norma para favorecer determinada etnia ou gênero escondendo-se sob uma aparência de

indiscriminação e de uma visão natural da ordem social que separa a sociedade, aberta ou veladamente, em grupos capazes e incapazes, dotados ou não dotados, baseados em preconceitos, em intolerâncias e em pseudos conceitos de superioridade.

Diferentes estratégias para lidar com a violência são desenvolvidas pelas classes sociais mais abastadas. Por exemplo, cada vez mais suas moradias tem lançado mão da mais avançada tecnologia eletrônica, como blindagens de janelas, pesados portões, equipes de segurança com o fim de se isolarem com seus familiares das inseguranças da vida urbana. A casa tem deixado de ser o lugar de repouso e tranqüilidade e torna-se cada vez mais um lugar de fuga e proteção contra a violência constante e diuturna.

Já os moradores dos bairros pobres ou favelizados vêm impotentes a violência inserida em seus cotidianos, sem poder expulsá-la ou evitá-la. Simplesmente convivem com essa realidade:

“Ela é enfrentada como uma das tantas calamidades que se enfrentam no cotidiano. Sobreviver aí é sofrer e produzir violência. Não havendo uma solução para a violência da vida cotidiana, o remédio é integrá-la como um componente normal das relações entre os homens”.(ODÁLIA, 1983:21).

Ainda, na visão de Odália, é questionável se o fenômeno corresponde a um modo de ser do homem contemporâneo. Segundo ele o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo ela estará sempre presente:

“Uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais” (idem, 14).

Entretanto, o viver em sociedades complexas e diferenciadas produz uma violência qualitativamente diferente daquela vivenciada em períodos históricos mais longínquos. Hoje, não se limita a uma prática destinada à defesa ou à mera sobrevivência, conforme se dava nas sociedades de outrora.

Há que se distinguir, afirma Faleiros (1998:5), as dimensões descritivas do fenômeno quanto a sua prática e seus efeitos imediatos, podendo ser direcionados para o dano à pessoa ou para a transgressão às normas:

a) como danos à pessoa, em seu aspecto mais imediato, “a violência implicaria uma relação de agressão/vitimização através de provocação pelo agressor, danos ou prejuízos à um vitimizado. É na relação agressor/agredido que se visualiza e se mede o impacto prejudicial (por ação ou ameaça) que o primeiro impõe ao segundo tanto física como moral ou psicologicamente”;

b) como transgressão à norma social, Faleiros faz referência ao comportamento que é, em algum sentido, ilegítimo ou inaceitável, entendido como agressão aos valores e expectativas na sociedade.

A violência, em sua prática cotidiana, coloca em jogo questões econômicas, culturais, políticas e sociais na disputa por território, poder,

conhecimento, informação, imagem, posse do outro, liberdade, etc... Interesses econômicos e poder político se movimentam permanentemente neste campo.

Odália (1983:25) relata a existência de outra faceta da violência, a qual nos acomete cotidianamente. Intitula-a “violência institucionalizada”, ou seja, aquela que atua através dos hábitos, dos costumes, das leis, mascarando os aspectos rotineiros e contumazes da desigualdade e das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado. Anestesia-nos para:

“Suportá-la como uma condição inerente às relações humanas e uma condição a ser paga pelo homem, por viver em sociedade” (ibidem 30).

Em sociedades estruturadas segundo o objetivo da competição e do sucesso pessoal o homem passa a ver seu semelhante como um concorrente ou uma presa a ser devorada. Nestas, desestimula-se os sentimentos de solidariedade, o que desperta comportamentos violentos.

Outro aspecto da violência social ocorre no campo educacional e suas distorções fazem-se presentes em alguns programas, como no caso da merenda escolar da rede pública de ensino, a qual, em larga medida, é usada demagogicamente, servindo para remediar e enganar, camuflando insuficiências e deformações, cujo objetivo tem sido o de servir mais como uma pseudo distribuição de renda e uma pálida medida

compensatória para as classes populares diante do muito que lhes é extorquido.

Outra modalidade de violência é a política, a qual propaga ser o povo a origem das normas e das leis que deveriam orientar seu comportamento. Faz passar como dele o que dele não é. Criam-se ilusões e instrumentos de intimidação para impor a hegemonia de uma classe social. Entretanto, o uso da força e das armas é um processo de intimidação excessivamente ostensivo e contundente para que se possa ser utilizado a longo prazo.

Hannah Arendt lembra que a violência pode estar menos vinculada ao exercício do poder do que à perda do poder legítimo, ou seja, a emergência de uma nova sociedade está menos ligada à violência que aos desgastes e ao esgotamento das condições da antiga sociedade (apud Faleiros 1998:6).

O poder, para Arendt, se estrutura com o processo de legitimação, e "o domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido" (idem, 1998:6).

A violência atual tem um componente inovador, afirma Odália. No passado ela era exercida de cima para baixo como privilégio das classes dominantes, visando preservar direitos, regalias e impor obrigações. Atualmente, está crescendo a violência de baixo para cima, o que revela uma incapacidade crescente dos aparatos repressivos e ideológicos em diminuí-la. São os casos da violência dos seqüestros ("relâmpagos" ou

não) para roubar, a insegurança diante da possibilidade de ocorrência de “arrastões” em espaços públicos de lazer das classes médias e altas, da violência de roubos sobre os ocupantes de carros em vias públicas dos grandes centros urbanos, etc.

Uma característica recente do fenômeno é que as forças em luta estão deslocando o foco central que existia na sociedade industrial – a clássica luta de classes – ou seja, a disputa entre patrão e operário:

“Exemplos deste novo foco são as lutas por território realizadas pelos traficantes de drogas e as lutas pelo controle das pessoas realizadas pelas gangues. Estas questões ultrapassam a dimensão econômica ganhando o sentido de afirmação de identidade, poder e domínio territorial” (WIEVIORKA, apud FALEIROS, 1998:10).

Para a UNESCO, o conceito de violência está centrado fundamentalmente na idéia de coerção ou força. Corresponderia a um dano que se produz em um indivíduo ou grupo social pertencente à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia:

“Define-se a violência como o fenômeno que se manifesta nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado, apreendido de forma física, psíquica e simbólica” (WAISELFISZ, 1997: 6).

Devido ao crescimento atual das demandas de direito social e de cidadania o conceito de violência atualizou-se passando a compreender e a abranger acontecimentos que, anteriormente, eram tidos como práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais, os quais tornaram-se inaceitáveis.

As ações violentas têm se radicalizado e o sistema social tem manifestado baixa capacidade de integração. Nos anos 90, em geral, suas manifestações se davam pela questão da exclusão social e pelo baixo acesso aos bens e serviços por parte das classes populares. As manifestações de violência associavam-se diretamente à idéia de identidade cultural, à questão racial, à pobreza, à exclusão e à precarização das condições de vida:

“Há uma profunda mudança na forma de vida dos grupos sociais, através do reforço da segmentação da população e da diminuição de seus compromissos com os interesses, demandas e estratégias gerais públicas. Zaluar considera que esta segmentação foi facilitada pela orientação de se trabalhar com uma ideologia comunitarista, segundo a qual os grupos locais deveriam congregarse para resolver seus problemas por si mesmos, reforçada pela tradição do regionalismo, com ausência dos princípios da reciprocidade cidadã. A segmentação foi reforçada, ainda, pela disputa religiosa, fazendo com que em cada família existam concepções inegociáveis do destino de cada membro, abrindo brechas para brigas intrafamiliares”.(ZALUAR apud FALEIROS, 1998:12)

3.2.2.1 - Uma Visão Psicanalítica Sobre a Violência

Erich Fromm, em sua obra *Anatomia da Destrutividade Humana* (1975), faz uma reflexão a respeito da agressividade violenta na sociedade humana enfocando criticamente as correntes do pensamento psicológico *instintivistas* e *behavioristas*, além da abordagem Psicanalítica.

Como principal representante da corrente *instintivista*, Fromm cita o "proeminente homem de estudos no campo do comportamento animal e particularmente um estudioso de peixes e de pássaros, que decidiu aventurar-se num setor em que tinha pouca experiência ou capacitação, o campo do comportamento humano", Konrad Lorenz, autor do livro *On Agression* (1966).

Para os *instintivistas* "a agressividade do homem expressa no seu comportamento, tal como se registra na guerra, no crime, nos conflitos pessoais e em todas as espécies de comportamentos destrutivos e sádicos, é devida a um instinto filogeneticamente programado, inato, que procura descarga e aguarda a ocasião propícia para exprimir-se" (FROMM, 1975:22).

A crítica realizada por Fromm à *teoria* dos instintos afirma que a chamada agressividade inata transforma-se facilmente em uma *ideologia* que ajuda a mitigar o medo dos comportamentos violentos e a racionalizar o sentimento da impotência diante dos mesmos, acreditando que o melhor a fazer é compreender a lei da evolução (Darwinismo), principal responsável pela força dessa impulsão, levando um *certo conformismo* às pessoas frente ao rumo dos comportamentos que conduzem à destruição (FROMM; 23).

O *behaviorismo*, em contraste com o *instintivismo*, segundo Fromm, não se interessa pelas forças subjetivas que impulsionam o

homem a comportar-se de uma certa forma: não está preocupado com o que ele sente, mas tão-somente com o modo por que ele se comporta e com o condicionamento social que molda o seu comportamento. Seu mais renomado representante é Skinner.

Afirma Fromm, que ambas as posições, *instintivista* e *behaviorista*, são dependentes de preconceitos dogmáticos e “monoexplicatórias”. E indaga se não haverá outras opções. Sugere então que temos que distinguir no homem duas espécies inteiramente diferentes de agressão:

- *A primeira, que compartilha com todos os animais, é um impulso filogeneticamente programado para atacar (ou fugir), quando interesses vitais acham-se ameaçados. Essa agressão defensiva, “benigna”, está a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie, é biologicamente adaptativa e cessa quando a ameaça tenha cessado de existir.*
- *O outro tipo, o da agressão “maligna”, isto é, a crueldade e a destrutividade, é específico da espécie humana, e virtualmente não existe na maioria dos mamíferos; não é filogeneticamente programado nem biologicamente adaptativo, não tem finalidade alguma e sua satisfação é voluptuosa, lúbrica (FROMM; 24).*

Ao comentar passagens da obra de Lorenz, Fromm se indaga a respeito do conhecimento íntimo mútuo entre os membros de uma mesma família quanto a sua capacidade de diminuir a intensidade de sentimentos de ódio. E responde dizendo que depende do grau em que certa pessoa tenha sobrepujado a sua própria insegurança, a sua voracidade e o seu narcisismo, e não se um volume de informações que possua a respeito dos outros (p.57).

Sobre a prática do atletismo como inibidora das condutas violentas, Fromm menciona o fato de que o esporte competitivo estimula uma grande carga de agressão. E que, se não há qualquer comprovação de que o esporte faça abaixar a agressão, deve-se dizer que, ao mesmo tempo, não há prova alguma de que ele seja motivado pela agressão. O que produz, ainda segundo Fromm, amiúde, agressão no âmbito do esporte é o caráter competitivo do evento, cultivado num clima social de competição e ampliado pela comercialização generalizada, em que, não o orgulho do resultado, mas o dinheiro e a publicidade é que passam a ser o objetivo de maior atração. Muitos observadores (...) reconheceram que, em lugar de incrementar a boa vontade e a paz, aumentaram a agressividade competitiva (p.58).

Fromm também comenta a teoria da frustração-agressão, desenvolvida principalmente por J. Dollard *et al.* (1939), que afirma ser

sempre a ocorrência do comportamento agressivo, o resultado da existência de frustração e, inversamente, a existência da frustração sempre leva a alguma forma de agressão (FROMM:1975;105).

A crítica que se faz a esta teoria da frustração vai desde a ambigüidade do que é entendido por frustração, até o não conseguir sustentar-se diante das comprovações empíricas. Fromm explica ser o mais comum na produção da agressão, o peso da frustração para a pessoa, sendo o seu significado psicológico moldado segundo o contexto total em que ela ocorre. O que produz a agressão não é a frustração, como tal, mas a injustiça ou a rejeição envolvidas na situação (FROMM:1975; 106/107).

Para Fromm o fator mais importante para determinar a ocorrência e a intensidade da frustração é o caráter de alguém. O caráter de um indivíduo determina, em primeiro lugar, *o que* o frustra, e, em segundo, a *intensidade* dessa reação de frustração (*idem*:107).

Quanto a abordagem psicanalítica da violência, Fromm tenta demonstrar que as síndromes de caráter, como o caráter explorador, o caráter autoritário (sodomasoquista), o caráter rebelde e o caráter revolucionário, o caráter narcisista e o caráter incestuoso, acham-se enraizadas e alimentadas pelas formas particulares de correlação do indivíduo com o mundo exterior e consigo mesmo; além disso, que, à medida que o grupo social participa de uma estrutura comum de caráter

(“caráter social”), as condições sócio-econômicas compartilhadas por todos os membros de um grupo moldam o caráter social (FROMM:1975;124).

3.2.2.2. A Violência Juvenil

3.2.2.2.1 – Participação do adolescente na população brasileira

Nesta parte do trabalho apresentaremos os níveis de renda, a situação ocupacional e educacional da população brasileira de 12 a 18 anos utilizando os dados do IBGE/PNAD 1992 e 2001. O grupo etário mais numeroso do Brasil no ano de 2001 foi o de adolescentes compreendidos na faixa de 15 a 19 anos. Essa população resultou de aumento do número de nascimentos ocorridos na primeira metade dos anos 80, conforme dados do IBGE de 1996 (*apud* PAIVA, 2002:13). Vale destacar, segundo dados de Paiva (2002), que o país atravessou uma fase de crescimento econômico bastante favorável nos anos de 1984 a 1986 (PAIVA, 2002: 12).

Os adolescentes brasileiros em 2001, de 12 a 18 anos, perfaziam um total de 23,3 milhões o que correspondia a aproximadamente 15% da

população brasileira. A região Sudeste concentrava a maior parte em termos proporcionais, da ordem de 40%; seguida da região Nordeste com 32%; da região Sul com 14%; da região Centro-Oeste com 7% e da região Norte com 6,5%. Entre os adolescentes desta faixa etária predominava uma certa igualdade na proporção de gênero: dos 23,3 milhões de adolescentes, 11,7 milhões são meninos e 11,5 milhões são meninas (*idem*:14).

3.2.2.2.2. – Escolaridade e Ocupação

Em relação à taxa de atendimento escolar dos adolescentes brasileiros – indicador de inclusão na política de escolarização -- dois aspectos chamam a atenção: em primeiro lugar, houve um desempenho positivo da taxa de atendimento escolar, entre os anos de 1992 e 2001, em três grupos de idade: 12 a 14 anos; 15 a 17 anos e 18 anos. Em segundo lugar, o melhor desempenho desta taxa ocorreu entre os adolescentes do sexo masculino, aumentando em cerca de 25% para os meninos de 15 a 17 anos e 19% para os meninos de 18 anos, enquanto que para as meninas estes percentuais foram respectivamente de 17,4% e 12,4%. As diferenças por sexo sugerem uma discriminação nas oportunidades educacionais (*ibidem*:14).

Quanto às atividades escolares e ao trabalho, os dados mostram que a maior parte (66%) dos adolescentes apenas estudavam; 17,5% deles estudavam e trabalhavam; 7,5% apenas trabalhavam e 9% não estudavam nem trabalhavam.

Cabe chamar a atenção para a proporção de jovens de 12 a 18 anos que não trabalhavam e não estudavam. Trata-se de um significativo contingente de mais 2 milhões de adolescentes que se encontravam fora da escola e do mercado de trabalho e vivenciavam, provavelmente, a cobrança perversa de uma sociedade onde a inclusão social, em larga medida, passa pelo trabalho e/ou pela frequência à escola. Dados de 2001 do IBGE mostravam que 733.522 adolescentes do sexo masculino e 1.358.800 do sexo feminino pertenciam a este universo. Em torno de 70 % deste contingente tem entre 16 e 18 anos. Cabe destacar que, geralmente, a inatividade feminina nessa faixa etária caracteriza-se pela ocupação nos afazeres domésticos e nos cuidados com crianças ainda realizados sem qualquer remuneração (*ibidem*: 16).

Há diferenças de rendimentos entre as famílias dos adolescentes que revelavam certa conotação racial: as famílias de não brancos eram mais pobres que as famílias dos brancos (*ibidem*: 17).

3.2.2.2.3. – O adolescente e o ato infracional no Brasil

O fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado, principalmente, à desigualdade social, ao não exercício da cidadania e à ausência de políticas sociais básicas supletivas e de proteção estatal. A convivência, em um mesmo espaço social, de adolescentes pobres e ricos avulta a revolta e confunde a construção da identidade do adolescente (PAIVA, 2002: 18). Por exemplo, um filho adolescente do porteiro de um edifício de classe média alta na Asa Norte de Brasília, convivendo com filhos adolescentes dos moradores deste edifício, sente o choque dos distintos padrões de vida.

Não é por outro motivo que os alvos preferenciais do delito juvenil são roupas, objetos de marcas socialmente prestigiados, bonés, tênis, relógio ou tudo o que representa *status* de consumo na sociedade contemporânea (*idem*:18).

Paiva (2002) lembrando Oliveira questiona acerca das condições de vida dos adolescentes que vivem em família de baixa renda, sem escola e sem trabalho:

“quais seriam as estratégias possíveis de reconhecimento excetuando o delito? Em que medida a mobilidade social, um mecanismo considerado legítimo, poderia ser uma saída de valorização para a juventude da periferia? Como está o acesso desses jovens à escola e ao trabalho, duas das formas mais

utilizadas para o reconhecimento social em nossa sociedade?"
(OLIVEIRA *apud* PAIVA, 2002:19).

3.2.2.2.4. – Adolescentes Infratores: quantos são, onde estão

Segundo Paiva (2002) entre os meses de setembro e outubro de 2002 os registros de meninos e meninas em todo o país que se encontravam privados de liberdade por terem praticado atos infracionais indicava que 90% eram do sexo masculino e, na sua maioria, com 17 anos de idade; mais de 60% eram afrodescendentes (pretos e pardos); 51% não estudavam na época em que praticaram o delito e 49% não trabalhavam. O grau de instrução em 89,6% dos casos era de ensino fundamental incompleto; a renda familiar para 80% deles, era de 2 salários mínimos. 81% viviam com a família na época em que praticaram a infração (PAIVA, 2002:19).

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada em conjunto com o Ministério da Justiça, realizado em 2002, no Brasil 85,6% dos adolescentes internos nas Unidades de Privação de Liberdade, eram usuários de droga antes do delito (principalmente maconha) (PAIVA, 2002:19).

As pessoas com idade entre 15 e 24 anos, consideradas jovens, compunham a faixa etária mais numerosa no Brasil – superando a das crianças (ABRAMOVAY, 1999:11). Em média, esses jovens brasileiros possuíam baixa escolaridade, além de serem os que mais praticavam o homicídio e os que mais eram assassinados. Formavam ainda o maior contingente de pessoas presas.

Estudo da UNESCO, coordenado por Waiselfisz (1997), afirmava que o estado de miséria social e o desamparo político tinham acarretado novas estratégias de sobrevivência por parte das classes populares.

“A presença de um novo público que se encontra em situação de ‘não-integração’ com a sociedade, fato em parte relacionado ao trabalho e ao desemprego, tem gerado a sensação de inutilidade social, fenômeno que não existia com esta envergadura há 20 anos atrás” (WAISELFISZ, 1997: 8).

Tem havido alterações nas formas de sociabilidade e nas relações sociais, o que tem provocado transformações na percepção dos direitos humanos e ganhado maior visibilidade na esfera pública.

De acordo com Wieviorka, até a escola estava em crise diante da fragilidade e da instabilidade das novas relações sociais, concorrendo para as dificuldades de integração social dos jovens e motivando-os a agirem de forma violenta. (WIEVIORKA *apud* WAISELFISZ 1997: 10)

Para Maffesoli, a sociedade ocidental contemporânea estaria destituída e carente de referenciais unificadores, formando grupos de jovens que lembrariam um “processo de tribalização” como reação ao estilo de vida que não mais satisfaz. Fundariam-se as “éticas do instante”, do “imediató”, do que estaria ao alcance da mão. (MAFFESOLI *apud* WASELFISZ 1997: 10)

Castoriadis via com ceticismo e pessimismo a crise da sociedade atual, em função do agravamento da exclusão social e dos problemas ambientais, além de crises na emancipação e autonomia individuais e coletivas, gerando uma situação de apatia, cinismo, falta de responsabilidade social, ausência de perspectivas, de crenças e de perda de valores, os quais fariam parte da crise de significados do imaginário social. (CASTORIADIS *apud* WASELFISZ 1997: 11)

Um importante marco nos estudos sobre violência juvenil, nos anos 30, foi a Escola de Chicago, nos EUA. Ali foram realizados estudos que constataram ser a segregação espacial e cultural responsável por formar grupos, bandos, gangues, organizações clandestinas e crime organizado. Estes comportamentos eram classificados como “desviantes” em relação às normas sociais (*idem*: 14).

A cultura juvenil seria eminentemente urbana, integrada à indústria cultural dominante e consumidora de seus produtos materiais e

de seus valores, como felicidade, amor, lazer, etc. No entanto, muitas vezes procuraria diferenciar-se, buscando certa autonomia e emancipação, às vezes por intermédio de movimentos reivindicatórios e da delinqüência (WAISELFISZ 1997: 15).

Essa cultura juvenil não seria homogênea, variando de acordo com a situação de classe ou mesmo no interior desta. Seria marcada pela ambivalência, ora aceitando os princípios da sociedade de consumo e seus valores, ora questionando-a (*idem*: 18).

3.2.2.2.5. As gangues

É consenso que todo povo, para se manter e sobreviver dedique especiais cuidados às gerações jovens garantindo seu sustento, educação e proteção além de incentivar uma cultura pacifista e de recusa a violência. No entanto tem chamado a atenção de pesquisadores um fenômeno recente na violência urbana, especialmente devido às suas proporções: a prática de atos de transgressão e violência juvenil a partir de arranjos associativos específicos, dotados de identidade própria, genericamente definidos como “gangues”. Elas expressam uma desaprovação com o modo de viver dos grandes

aglomerados urbanos brasileiros, com sentimentos às vezes não verbalizados e nem conscientes.

As relações de cidadania vão se esvaindo com a crescente ruptura dos laços de solidariedade mais amplos, levando os indivíduos a voltarem-se para si próprios de tal forma que as lealdades privadas se sobrepõem às lealdades públicas. Para Abramovay, a vida pública e a coexistência social passam a ser caracterizadas, por desconfianças, expectativas negativas e obstáculos inesperados, fazendo prevalecer códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior – “subculturas” do crime, minissociedades drogadas –, que definem em seus próprios termos o que é certo, o que é errado, desenvolvendo códigos de valores e comportamentos próprios, cada vez mais alheios aos códigos da sociedade mais ampla. (ABRAMOVAY, 1999:15)

A incapacidade do Poder Público em controlar a quantidade, a dimensão e o domínio territorial dos focos de criminalidade tem gerado subculturas alternativas, com forte presença local e domínio territorial, legitimando e fomentando condutas delituosas, diz Abramovay (*idem*:17).

Em relação ao conceito de gangues, Sanchez-Jankowski afirma:

a) é um sistema social organizado quase privado - isto é, não totalmente aberto ao público;

b) é quase secreto – ou seja, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo;

c) seu tamanho e objetivo tornam indispensável a existência de uma estrutura de liderança com papéis bem definidos;

d) a autoridade ligada a esses papéis regula tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases;

e) ele planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros como também sua manutenção como organização;

f) perseguem seus objetivos a despeito da legalidade ou ilegalidade das atividades (SANCHEZ – JANKOWSKI, *apud* HERSCHMANN, 2000:192).

Outro agrupamento relativamente semelhante às gangues pode ser definido como “galeras”, as quais foram caracterizadas por Herschmann da seguinte maneira:

a) as galeras estão estruturadas fundamentalmente sobre atividades ligadas ao lazer, como ir à praça, dançar, cantar, beber, namorar;

b) movimentar-se com maior desenvoltura na vizinhança, mas não possuem uma delimitação clara de um território de atuação (podem pertencer a vários territórios);

c) apesar de possuírem lideranças internas, ninguém ostenta a condição absoluta de chefe.

As galeras não têm exclusivamente na violência a forma principal de demarcação das áreas onde atuam (HERSCHMANN, 2000:173).

Para os meios de comunicação de massa e para o senso comum a definição de gangue soa como a face violenta dos agrupamentos juvenis. Já as galeras, ao contrário, segundo Zaluar:

“não são organizações com chefia instituída, regras explicitadas e rituais de iniciação, embora tenham, como as primeiras, uma estreita relação com os bairros em que vivem” (apud WAISELFISZ 1997: 17).

Ambas – gangues e galeras – alardeiam sua presença no meio urbano utilizando-se de estratégias variadas para atrair a atenção, provocar medo ou apenas suscitar perplexidade dos moradores da cidade (DIÓGENES *apud* WAISELFISZ 1997: 17).

Para a literatura especializada, as gangues apresentam certa necessidade de autonomia e de não – filiação à idéia de lei e de autoridade. Já as galeras “não são organizações com chefia instituída, regras explicitadas e rituais de iniciação, embora tenham, como as primeiras, uma relação territorial muito forte com os bairros em que vivem” (WAISELFISZ, 1997: 53;17).

Os jovens de Brasília, segundo a UNESCO, que tendem a pertencer a gangues, esperam nelas encontrar uma contraposição ao vazio de referenciais que recorta o cotidiano da cidade, a falta de opções, as indefinições dos limites, a falta de canal de participação

política, a descrença na autoridade e na lei. Isso os levaria a formarem uma organização, identificando-se com seus líderes e com seus territórios, onde a circulação é apenas permitida aos “enturmados” e a prática coletiva da violência é comum como desestabilizadora da esfera pública (WAISELFISZ, 1997: 53).

Isto faz com que o temor e o sentimento de impotência da população reduza suas liberdades em circular por determinadas áreas, locais ou horários e/ou assuma os custos e riscos da própria defesa armando-se, contratando empresas privadas de segurança, etc.

As gangues juvenis têm os seus membros, de maneira mais informal e restrita, vinculados ao grupo onde buscam uma “integração perversa”, como uma saída para si próprios (CASTELLS *apud* ABRAMOVAY 1999:21):

No Brasil, quando nos referimos às “gangues” não estamos falando de “organizações”, de “um negócio com características empresariais”, de uma racionalidade instrumental que possibilitaria a mobilidade social aos jovens (ABRAMOVAY 1999:94).

As gangues/galeras identificadas no Brasil são grupos mais ou menos estruturados que desenvolvem desde atividades lúdicas até atos de delinqüência, cujos membros mantêm relações de solidariedade social à base de uma identidade – ainda que incipiente – compartilhada. Participar de suas rivalidades são vetores de identidade grupal que

podem levar tanto a novas formas de criatividade – a exemplo dos rappers – como à prática da delinqüência (ibidem:95).

3.2.2.2.6. A Violência Juvenil no Distrito Federal

No Distrito Federal a idade preponderante dos adolescentes em conflito com a lei na data da infração é 17 anos, segundo dados da Seção de Medidas Sócio Educativas - SEMSE (2002:p-14), órgão da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. O nível de escolaridade predominante situa-se entre a 5ª e 8ª séries do ensino fundamental (66,67% em 2000). A atividade ocupacional hegemônica foi a de estudante (49,90% em 2000). Os que não estudam nem trabalham são 22%. Os adolescentes infratores são geralmente do sexo masculino: 90,42%.

No ano 2000, a Região Administrativa do Distrito Federal, onde morava a maioria dos adolescentes infratores, foi a de Ceilândia (19,7%).

A renda familiar dos adolescentes infratores no Distrito Federal, em 2000, esteve entre 1 a 4 salários mínimos.

Cerca de 57% dos responsáveis por estes adolescentes infratores possuíam o ensino fundamental.

Na pesquisa realizada pela SEMSE (2002), o fator que mais influenciou na ocorrência dos atos infracionais foi a Região Administrativa em que viveram, entendida como o local de moradia onde se desenrolou seu processo de socialização.

Os atos infracionais contra o patrimônio são os mais praticados pelos adolescentes das cidades satélites: 72,6%, sendo a maioria roubos (20,9%) e em seguida porte de arma com 15,21% (*idem*:25).

A reiteração dos atos infracionais destes adolescentes foi de 21,77% e o principal destes atos infracionais foi o roubo: 24,4%. Trata-se de uma juventude que vem se armando paulatinamente e em constante uso de drogas, apontam as pesquisas da SEMSE.

Segundo a pesquisa "Juventude, Violência e Cidadania", realizada pela UNESCO, em dezembro de 1997 em Brasília, é grande a incidência de casos envolvendo crianças e adolescentes em atos de violência. (*apud* WAISELFISZ 1997:35).

Este estudo indagou acerca da utilização do tempo do jovem de Brasília, ou seja, como eles se organizam, o que fazem. O resultado predominante foi o de conversar com amigos, escutar música e assistir televisão. 77,3% nunca trabalharam; 64,3% nunca utilizaram "internet";

57,9% nunca freqüentaram grupos religiosos. Quando saem procuram a companhia de amigos da escola e de amigos da quadra, para conversar, dançar, beber e namorar. A maioria usa o transporte coletivo durante o dia para ir à escola, cinema, casa de amigos e aos shoppings (WAISELFISZ 1997: 36).

O conceito de jovem, para a UNESCO, compreendeu a faixa etária entre 14 a 20 anos de idade, quando se consolida uma identidade a partir do desenvolvimento físico, das capacidades cognitivas e das expectativas sociais (*apud* WAISELFISZ, 1997:36).

Segundo o estudo da UNESCO, citado por Waiselfisz (1997), o jovem de classe média do Plano Piloto, geralmente não experimenta nada fora de um círculo muito restrito – família e amigos. Esse alheamento do outro e a exclusão da diferença geralmente caminham juntos com o “ensimesmamento”, ou seja, fechar-se em si mesmo. Por sua vez, o fechamento sobre si pode conduzir a uma falta de estímulo para toda “experiência coletiva” mobilizadora. (*apud* WAISELFISZ 1997:40).

Outros aspectos revelados pela pesquisa foram:

- na opinião dos jovens pesquisados, as cidades satélites são vistas como redutos de violência e lugares perigosos. As razões para que haja maior violência nestas cidades satélites

se deve a um menor acesso à escola, emprego e assistência médica (WAISELFISZ 1997: 41);

- segundo esses jovens a principal razão para que procurem as academias de artes marciais é poder “impor-se aos outros”. Os motivos secundários são a autodefesa e a valorização do corpo (*idem*: 47);
- não há uma relação direta entre consumo de drogas e violência, mas sim, uma relação entre violência e comercialização de drogas (*ibidem*: 49);

Entre a instituição escola e instituição família, existe uma conflituosa atribuição de deveres quanto à responsabilidade pela educação desses jovens, cada uma imputando a outra a responsabilidade por fracassos na tentativa de educar os mesmos.

3.3. ESPORTE E CONTROLE DA VIOLÊNCIA

O Programa “Esporte à Meia Noite”, objeto de nosso estudo, tem como objetivo principal fazer uso do esporte como meio de controle, domínio e canalização da violência juvenil. Cabe perguntar até que ponto o esporte é capaz de realizar eficazmente tais propósitos.

Segundo CARVALHO (1985:19), o esporte constitui um sistema de promoção do próprio “eu”, através da utilização das técnicas “gestuais” esportivas que permitem a estruturação da personalidade, a construção do “eu”, a realização e a expressão de sentimentos e intenções, o reconhecimento gratificante de si mesmo através do “outro”, a afirmação do prestígio e do domínio sobre si, sobre os obstáculos e sobre os outros.

A agressividade, energia inata no homem, quando não canalizada e elaborada para fins socialmente aceitos, dificulta o desenvolvimento da criatividade. E a prática esportiva poderia concorrer no sentido de desviar a agressividade para um objetivo que libere o ato agressivo.

Mas para que a prática esportiva canalize a agressividade para algo construtivo, lembramos como um primeiro passo, o que o Comitê Francês para o “Fair Play” recomenda: a defesa do jogo limpo começa pelo respeito à regra escrita. O que está em causa, antes de tudo é o conceito moral, “movimento da alma” que faz com que o “jogo limpo” integre simultaneamente o respeito pelo adversário e o respeito por si próprio. “Trata-se de uma autêntica situação de caráter ético em que o jogador se encontra perante uma confrontação moral consigo próprio durante a partida que o opõe aos outros” (*apud CARVALHO, 1985:41*).

O conceito de jogo limpo será melhor desenvolvido mais adiante neste trabalho, bastando por enquanto ressaltar duas de suas condições essenciais:

- ter o desejo sincero de que o adversário possa lutar em igualdade de circunstâncias;
- usar da máxima honestidade na escolha dos meios para alcançar a vitória.

3.3.1. A Atividade Esportiva e a Redução da Violência

Medidas educativas que incentivem atividades, estratégias e jogos (coletivos e individuais), propagadores de processos formativos, como as que desenvolvem a socialização, a criatividade e a afetividade facilitariam a reorientação de condutas violentas.

Diferenciamos, conforme sugere MOSQUERA (2000), educação a respeito da “não-violência” (a qual equivale à transmissão de informação) da educação para a “não-violência” (a qual exige, além da informação, que se repense o processo de informação, o modo de ensinar e transmitir valores, as formas de relacionamento, as condutas e as atitudes, buscando harmonizar-se com os valores da “não-violência”). O

autor afirma que a educação para a “não-violência” constitui-se num processo educativo dinâmico, contínuo e permanente, para todas as pessoas, a qual é considerada em três dimensões:

- educação afetiva (conosco mesmo e com os demais);
- educação ambiental (com o meio em que vivemos); e
- educação sócio-política (com as estruturas sociais com as quais nos relacionamos).

De acordo com MOSQUERA (2000), no âmbito dos esportes, o conceito de educação para a “não-violência” implica a idéia de “jogo limpo”, o qual refere-se a uma forma de pensar e de traduzir um comportamento que abarque amizade, respeito ao próximo, autocontrole e espírito esportivo. Implica ainda a ausência de trapaças ou de astúcias para burlar regras. Esta idéia desaprova a intolerância, a dopagem, a violência física e verbal, a exploração dos jogadores ou técnicos, a desigualdade de oportunidades, a comercialização excessiva e a corrupção.

Os aspectos que se desenvolvem com a atividade física coincidem com os da educação para a “não-violência”, em relação ao desenvolvimento dos direitos humanos. Aspectos higiênico-mentais, lembrados por MOSQUERA (2000), devem ser observados, tais como a maior capacidade para tolerar os fracassos, a compensação de sentimento de inferioridade, a possibilidade de expressar, dominar e

controlar a própria agressividade, a gratificação socialmente aprovada de certas necessidades exibicionistas, a maior identificação consigo mesmo através da aquisição de funções determinadas, o maior ajuste à realidade através dos efeitos concretos derivados da observância das regras do jogo, a aquisição de segurança em si mesmo por intermédio da participação na vida do grupo, o sentimento da participação social derivado da aceitação de categorias comuns de valores.

O enfoque proposto por MOSQUERA (2000) para as competições esportivas acentua a participação, o esforço e o progresso, incidindo menos nas recompensas, prêmios e troféus, concedidos aos ganhadores. Procura informar do inconveniente de inculcar a psicologia do ganhador a qualquer preço, impõe maiores sanções aos trapaceiros e aos que não cumprem as regras, buscando compatibilizar os esportes de competição com outras atividades, tentando introduzir o prazer e a diversão nessas competições.

Como resultado das várias propostas já tratadas, MOSQUERA (2000) sugere alguns princípios norteadores da “não-violência” para os admiradores e/ou os praticantes de esportes. O desejo de ganhar é legítimo, porém deve-se consegui-lo por mérito próprio, sem recursos adicionais e nem desprezo às regras; deve-se entender que a vitória não deve menosprezar os que tenham perdido (tanto saber ganhar como perder). Para os espectadores, diz o autor, é necessário recordar que só

existe a competição se houver os contendores, ter a capacidade de valorizar o melhor de cada equipe. Aos professores e treinadores, deve-se valorizar tanto as atividades competitivas quanto cooperativas, uma vez que ambas apresentam aspectos educativos positivos; deve-se entender que a competição é muito mais que ganhar, é respeitar os demais, valorizar a progressão, o esforço, as estratégias, a qualidade do jogo. Quanto aos pais, deve-se respeitar as preferências dos filhos para fazer esportes, não tentando conseguir através dele suas próprias metas pessoais frustradas. Aos organizadores do esporte, deve-se incluir nos programas de formação conteúdos suficientes sobre ética esportiva; promovendo os campeonatos de jogo limpo e zelando pelo cumprimento de suas normas.

3.4. ESPORTE TAMBÉM PRODUZ VIOLÊNCIA

Na vida cotidiana e no contexto familiar surgem situações e condutas contrárias a “não-violência”, como a imposição de determinados esportes por parte dos pais, o sexismo na orientação esportiva, as condutas de desprezo e desrespeito aos adversários

esportistas e a educação dos filhos segundo valores do tipo “tens de ser o melhor”.

Jogadores autoritários reproduzem tais condutas violentas quando não deixam outros jogarem, quando gritam, insultam, empurram, etc. seus próprios companheiros ou os membros da equipe contrária; quando não respeitam as regras estabelecidas; quando prescindem das normas de cortesia uma vez finalizada a partida; quando transladam conflitos e rixas pessoais para o campo do jogo, fazendo trapaças, simulando e recorrendo a comportamentos não regulamentados com intuito de evitar um gol; quando não escutam os conselhos, instruções e decisões do treinador; quando, no banco de reserva, se entediam e não animam seus companheiros; quando não aceitam os resultados negativos e vêem a derrota como um fracasso pessoal ou coletivo que lhes afeta e condiciona a vida cotidiana (MOSQUERA 2000).

Nosso trabalho analisará, empiricamente, se as atividades esportivas realmente contribuem para o processo de adaptação social ou se, ao contrário contribui para fomentar rivalidades e conflitos.

3.5. O PROJETO “ESPORTE À MEIA NOITE”

3.5.1. O que é o Projeto “Esporte à Meia Noite”

O Projeto “Esporte à Meia Noite”, criado por meio do Decreto GDF nº 20610/99 de 20/09/1999 e Portaria SSP/DF nº 12/99 de 04/10/1999, é um programa institucional para o âmbito do Distrito Federal.

De acordo com documentos da Secretaria de Segurança Pública, o Projeto:

“Destina-se a desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas para adolescentes em situação de risco pessoal e social, residentes nas cidades de Planaltina, Ceilândia e Samambaia, de segunda à sexta-feira, das 23:00 às 02:00 horas, com o objetivo de diminuir a criminalidade juvenil” (Relatório Psicossocial; 2002: 1).

“Utilizando como instrumento o desenvolvimento de ações esportivas, atendimento psicossocial e qualificação profissional, procura resgatar a expressão de valores culturais, voltados para a construção da cidadania e para a cultura da paz, propiciando maior integração dos jovens com suas famílias e com a comunidade” (Relatório Psicossocial; 2002: 1).

3.4.1. Operacionalização do Projeto

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, de segunda a sexta –feira, a partir das 22:00 horas, ônibus das Administrações de Planaltina, Ceilândia e Samambaia percorrem as ruas das cidades em busca de jovens entre 11 e 17 anos interessados na prática de esportes e atividades de lazer. Em locais permanentes com a proteção de policiais militares e civis, os adolescentes encontram monitores de Educação Física e a possibilidade de escolher entre nove modalidades esportivas e recreativas. Em funcionamento há quatro anos no Distrito federal, o Projeto “Esporte à Meia Noite”, coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do DF, afirma atender a 500 jovens de baixa renda e situação de risco.

Ainda segundo a Secretaria de Segurança Pública, o Projeto foi elaborado com base em seus levantamentos estatísticos, que mostravam maior incidência de crimes praticados por adolescentes entre 23 e 2 horas. Com o transporte que busca os meninos nas portas das escolas, a intenção é de se evitar o contato dos jovens com bares e esquinas, onde comumente existe o consumo de bebidas alcoólicas, drogas e o planejamento de delitos. As atividades oferecidas foram escolhidas pela popularidade e facilidade de aceitação: futebol de campo

e de salão, voleibol, basquete, tênis de mesa, totó, jogos de dama e dominó, música e capoeira.

A Secretaria de Segurança Pública afirma que a prevenção da criminalidade por meio da oportunidade de os jovens expressarem seus valores culturais é o principal objetivo do “Esporte à Meia Noite”. Além disso, os adolescentes são estimulados a melhorar o convívio com a família e a comunidade uma vez que os pais são convidados a participar do Projeto. Também proporciona maior integração entre os jovens e o sistema de Segurança Pública do DF que pretende divulgar seu modelo de atuação com a busca de apoio e parceria da comunidade.

De acordo com o informativo - jornal “Segurança & Comunidade” – da Secretaria de Segurança Pública os monitores são bombeiros militares com formação em Educação Física e Primeiros Socorros. Também ficam a disposição dos jovens uma Psicóloga e uma Assistente Social que fazem um acompanhamento individual e familiar de cada participante, além de realizarem palestras sobre o consumo de drogas e doenças sexualmente transmissíveis (AIDS, sífilis, etc), entre outros temas de interesse desse grupo de pessoas. Com esse trabalho as profissionais conhecem o perfil do jovem e o encaminha a cursos que vão contribuir na sua formação profissional. Os adolescentes recebem ainda um lanche fornecido pela Secretaria de Solidariedade, composto de pão e leite.

Em documentos de divulgação do Projeto, menciona-se que o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, implantou uma política de segurança pública “Segurança Sem Tolerância” buscando, dentro da própria comunidade, o caminho para minimizar a questão da violência urbana e, ao mesmo tempo, resgatar a cidadania e promover a inclusão social. O Projeto Esporte à Meia Noite é parte desta política. Foi instituído pelo Decreto nº 20.610, de 20 de setembro de 1999 e regulamentado pela Portaria nº 12 de 4 de outubro de 1999, com os seguintes objetivos:

- desenvolver atividades esportivas;
- desenvolver atividades culturais e,
- desenvolver atividades educativas, para adolescentes no período noturno visando diminuir a criminalidade juvenil.

Segundo informativo desta Secretaria esse programa faz parte das soluções buscadas para o combate à criminalidade juvenil, procurando resgatar a cidadania e promover a inclusão social dos jovens que se encontram em “situação de risco”. Enfatiza atividades que proporcionam o convívio social, baseado na elevação da auto – estima, na promoção dos valores éticos, culturais e na promoção da cidadania. Funcionaria como uma ação preventiva a gangues urbanas, com o intuito de reduzir

a violência alarmante que vinha assolando especialmente as cidades-satélites de Planaltina, Ceilândia e Samambaia.

3.4.2. Histórico

Uma das idealizadoras do Projeto Esporte à Meia Noite, a policial civil Adaldei Magalhães de Abreu Soares Pereira Filha, afirma em reportagem à Revista Petrobrás (2002), ter visitado o Projeto Tolerância Zero realizado na cidade de Nova York, do qual foi extraído subsídios para a elaboração do projeto em Brasília.

“Um dos aspectos fortes do projeto [de Nova York] era oferecer esportes, sobretudo o basquete, aos adolescentes no período noturno. Já tínhamos aqui o quadro desenhado de que as gangues costumavam atuar depois das aulas da noite, varando a madrugada. Montamos um projeto baseado em esporte noturno e iniciamos o piloto justamente por Planaltina”

A cidade de Planaltina, no Distrito Federal, foi a primeira a ser escolhida, por ali atuarem cerca de 6 diferentes grupos juvenis, os quais proporcionavam verdadeiras conflitos urbanos e acarretavam intranquilidade à população.

Em virtude disso, o Esporte à Meia Noite, funcionaria como uma ação preventiva a essas gangues minimizando sua violência.

3.5.4. O Projeto “Esporte à Meia Noite” em Ceilândia/DF

Em Ceilândia foi lançado, no dia 18 de fevereiro de 2000, o primeiro núcleo de atividades do Projeto “Esporte à Meia Noite” daquela cidade, situado no CAIC (Centro de Aprendizagem Integrada da Criança) Anísio Teixeira.

Obedecendo a mesma filosofia de atuação, a estrutura funcional do Núcleo de Ceilândia já atendia em 2000 cerca de 200 adolescentes segundo documentos de divulgação do Projeto.

Porém, quando realizamos observações *in loco* do desenvolvimento do Projeto em Ceilândia, em diferentes dias da semana, ao longo do ano de 2003, encontramos dificuldade em constatar se seriam os mesmos jovens a freqüentar as atividades ali realizadas diariamente exceto sábados, domingos e feriados. Não há controle da freqüência nominalmente; existe apenas uma contagem, sem muita precisão dos presentes em determinado instante.

Informalmente se reconhecem alguns destes freqüentadores mais habituais por suas características fisionômicas ou comportamentais que acidentalmente tenha despertado a atenção dos monitores. Ainda assim, só o monitor Rubens (Sargento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), diariamente comparece àquele trabalho, pois os demais

profissionais que ali atuam trabalham por escala de horários em revezamento com colegas.

Diante disso, o acompanhamento comportamental dos adolescentes fica comprometido, a nosso ver. Como saber se o Projeto tem cativado a simpatia destes adolescentes? Quantos são aqueles atendidos pelo Projeto? Quantos o abandonaram?

O próprio processo de inclusão de crianças e adolescentes no Projeto ocorre sem controle: pode se dar pelo livre e gratuito acesso ao ônibus do Esporte à Meia-Noite, o qual percorre em horário fixo entre 22:45 h às 23:15 h, as ruas principais da “Expansão” do Setor “O” e da “QNQ” da cidade de Ceilândia, parando em qualquer lugar onde houver alguém sinalizando; ou ir à pé, de bicicleta, de carro próprio, etc., em qualquer momento de funcionamento do Projeto.

Não foi percebida nenhuma restrição ao ingresso e à saída das instalações do C.A.I.C de Ceilândia, onde o Projeto ocorre.

4. METODOLOGIA

Utilizou-se da abordagem qualitativa do fenômeno investigado. Algumas limitações quanto à possibilidade de se alcançar sondagens de maior escopo e conseqüentemente inferências mais abrangentes, foram observadas, as quais tentamos superar com as técnicas da pesquisa qualitativa.

Somente um pesquisador fez o levantamento dos dados descritos aos longo da pesquisa – ou seja – o próprio autor desta dissertação.

Através de entrevistas gravadas e escritas com nove freqüentadores do Projeto “Esporte à Meia Noite”, três monitores (corpo operacional do Projeto em Ceilândia), uma estagiária de psicologia, um policial fardado (“PM”), duas famílias de adolescentes participantes do Projeto e uma funcionária do corpo administrativo, tentamos desvendar os significados mais substantivos das informações obtidas, num esforço de “tradução” e leitura das categorias presentes no material coletado, considerando as representações que emergiram da fala dos atores, de suas manifestações frente às temáticas propostas. Examinamos os sentidos a ela atribuídos, o que as tornaram significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Entretanto, aqui, só reproduzimos os trechos das entrevistas com os freqüentadores e com o pessoal do corpo

operacional do Projeto, por considerá-los os mais relevantes para nosso objetivo de análise.

Foram visitados órgãos públicos federais e distritais, que de forma direta ou indireta tinham algum tipo de relação significativa com a temática pesquisada, dentre os quais destacamos: IBGE, Juizado de Menores do Distrito Federal, UnB, UNICEF, Delegacia da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça, Delegacia da Polícia Civil de Ceilândia, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Com esse procedimento buscamos obter um diagnóstico do Projeto “Esporte à Meia Noite” em Ceilândia com relação à eficácia na redução da criminalidade juvenil no ano de 2003.

A abordagem extensiva objetivou trabalhar com a representatividade e a capacidade inferencial dos dados, a partir de uma metodologia indutiva.

Recorremos também à pesquisa bibliográfica especializada, publicações governamentais, artigos da imprensa escrita, internet, observações *in loco*, entrevistas e questionários.

As temáticas abordadas nas entrevistas referiram-se à:

- Percepção sobre educação;
- Percepção sobre a violência;
- Diálogo e relacionamento com os pais;

- Percepção e atitude em relação aos comportamentos dos jovens do seu círculo de amizade e em relação aos outros;
- Percepção sobre gangues;
- Percepção sobre o trabalho;
- Percepção sobre a visão de futuro;
- Percepção sobre o lazer e o esporte;
- Percepção sobre o Projeto Esporte a Meia Noite.

A população observada no nosso estudo girou em torno de 40 pessoas, ou melhor, adolescentes, freqüentando diariamente as atividades esportivas que o Projeto disponibilizava no horário das 23 horas às 01:30 horas, de segundas às sextas-feiras, nas instalações do Centro de Aprendizagem Integrada da Criança (CAIC) Anísio Teixeira, em Ceilândia. Estas observações aconteceram ao longo do ano de 2003 e a amostragem foi de nove adolescentes, sendo seis do sexo masculino e três do sexo feminino, todos com alguma freqüência ao Projeto.

5. RESULTADOS

5.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM O PESSOAL DO CORPO OPERACIONAL DO PROJETO “ESPORTE À MEIA-NOITE”

Foram apontados como pontos positivos do Projeto: servir como um ponto de encontro, com segurança, para os adolescentes daquela localidade no horário em que saem das aulas noturnas, onde além de terem convivência social poderiam praticar atividades físicas e encontrarem esclarecimentos para dúvidas genéricas próprias desta faixa etária em populações carentes.

Houve discordância entre os entrevistados: nas declarações de um monitor do Corpo de Bombeiros e de um Professor de Educação Física quanto ao item imposição de regras dentro e fora dos jogos junto a estes adolescentes. O militar dizendo que os adolescentes faziam as próprias regras, ficando totalmente à vontade e o professor dizendo já não ser mais assim, isto só teria ocorrido na fase inicial do Projeto. A partir de 2003 as regras dentro e fora dos jogos teriam sido implantadas aos poucos e por conta própria dos professores, contrariando inclusive orientação da Coordenação que dizia não poder haver imposição de regras de forma alguma para este público por apresentarem

características de resistência a este método. Alguns adolescentes eram egressos do sistema “prisional”, às vezes estando na situação de liberdade assistida, tendo profunda rejeição a participar de um projeto da Secretaria de Segurança Pública que lhes tolhessem o restante de suas liberdades. Mas a Coordenação teria se rendido aos bons resultados das regras nas atividades físicas e a aprovado, pois diminuiram as brigas entre os próprios adolescentes e diminuído as depredações do material esportivo utilizado.

Para o Monitor Soldado do Corpo de Bombeiros sua atuação caracterizava um desvio de função, já que sua formação profissional o tinha qualificado para atuar em salvamentos e emergências médicas, embora já possuísse alguma experiência como Professor “deste tipo” de adolescente mesmo sem formação educacional para isto. No Projeto não estaria desenvolvendo nenhum trabalho, a não ser o de “zelador” do material esportivo e apaziguador de brigas de adolescentes, por determinação da Coordenação, estando frustrado com essa situação.

Os dois Monitores e o Professor de Educação Física apontam como ponto negativo à precariedade financeira com que trabalham no Projeto, tendo em várias ocasiões tirado de seus próprios salários os recursos monetários para a compra de material esportivo, a compra de premiações (medalhas, troféus, etc.) para os torneios de

futebol de salão, custeando despesas de reparos em equipamentos esportivos, entre outras.

5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROJETO

O Projeto Esporte à Meia Noite enquanto política pública, é um empreendimento, sem dúvida, louvável em seu significado sócio-cultural pois, ao contrario de ficar em situação de ociosidade nas ruas, alguns jovens participam, de segunda a sexta-feira, de práticas esportivas no período noturno. Entretanto, este Projeto não tem sido conduzido dentro de princípios e critérios de uma política planejada e adequada às necessidades daqueles grupos sociais por ela visada o que não permite que se alcance um patamar de práxis eficaz.

As entrevistas que realizamos com adolescentes – e alguns de seus familiares – que freqüentavam o Projeto na cidade satélite de Ceilândia, e com monitores e membros do corpo administrativo no transcorrer do ano de 2003, mostraram claramente que há um certo descompasso entre o discurso oficial do Governo do Distrito Federal e a realidade da execução de suas ações quanto ao referido Projeto.

No material de divulgação oficial do Projeto intitulado “Dê um drible na violência”, reconhece-se de que os jovens participantes dão grande importância ao desejo de crescerem financeiramente, sendo este um ponto central a ser considerado numa política pública de superação da violência.

Em outro documento do Governo do Distrito Federal – intitulado Relatório Psicossocial – é mencionado que população-alvo do Projeto pertence a uma classe social desfavorecida e carente em muitos aspectos como podemos ler no trecho seguinte: “Verificou-se que esta população [a da área de atuação do Projeto] está inserida em um ambiente sócio-econômico deficiente, com baixo poder aquisitivo.” (Relatório Psicossocial, 2003:39)

— “As ações de estímulo à realização de cursos profissionalizantes, associadas à execução de parcerias que promovam a existência concreta de vagas e condições para realização destes cursos, se traduz em forte suporte para a profissionalização destes adolescentes, trazendo-lhes maiores chances de entrada no mercado de trabalho e, portanto, de melhoria da renda familiar e do poder de compra. O mesmo raciocínio pode ser feito quando se observam os resultados relativos ao estímulo à permanência do adolescente na escola, aos dados referentes à frequência diária a escola e a re-inserção na estrutura educacional, entre outros.” (Relatório Psicossocial, 2003:39).

Quanto a isso, o que as entrevistas puderam nos revelar no sentido das ações desenvolvidas pelo Projeto em 2003?

O adolescente M. respondendo a uma indagação sobre quais alternativas além do esporte gostaria de encontrar no Projeto, disse:

“Iria preferir uma palestra sobre meu futuro. Uma coisa que me ajudasse a seguir em frente. Podia ser um curso. Minha intenção é aprender ‘injeção eletrônica’, uma coisa boa. Mecânica”.(M., sexo masculino, 14 anos)

Um dos caminhos sancionados por nossa atual sociedade para a ascensão ou inclusão social dos seus cidadãos tem sido o da qualificação profissional e do trabalho. Essa seria a fórmula aceitável.

Entretanto, no ano pesquisado, o Projeto não ofereceu quaisquer cursos profissionalizantes para os adolescentes de Ceilândia, gerando grandes frustrações.

No mesmo “Relatório Psicossocial” é mencionado como uma das metas de atuação do Projeto oferecer cursos profissionalizantes aos adolescentes, conforme o seguinte trecho:

“As ações de estímulo à realização de cursos profissionalizantes, associadas à execução de parcerias que promovam a existência concreta de vagas e condições para realização destes cursos, se traduz em forte suporte para a profissionalização destes adolescentes, trazendo-lhes maiores chances de entrada no mercado de trabalho e, portanto, de melhoria da renda familiar e do poder de compra. (Relatório Psicossocial, 2003:39).

Vejamos o que a adolescente L. nos diz quando responde à questão acerca das atividades educativas promovidas pelo Projeto: “Só encontrei atividades esportivas aqui”. (L., sexo feminino, 16 anos)”.

O depoimento de Marlene, outra entrevistada, diz: “(...) Já fizemos inscrições para curso de computação, mas nunca fomos chamadas.” (Marlene, 25 anos – referindo-se ao ano de 2002).

A mesma Marlene concedeu uma entrevista há precisamente um ano atrás à Revista PETROBRAS em artigo intitulado “Responsabilidade Social: a história de jovens que escaparam da criminalidade por meio do esporte – Esporte à Meia Noite” onde se lê:

“(...) — A paraibana [Marlene] quer agora tentar fazer um curso de capacitação profissional para conseguir um emprego, uma alternativa que o Esporte à Meia Noite também oferece. ‘Nosso Projeto é de inclusão social e não podemos virar as costas a uma moça de 24 anos que quer mudar de vida’, diz Adaldei Filha”

[primeira Coordenadora Geral do Projeto, gestão 1999-2002].
(Revista PETROBRAS, ano8, nº85, 2002: 16 - 17).

A mesma Marlene mais adiante, reintera: “(...) — *Deveria aumentar as atividades educativas (...)*”.

A entrevistada “Drika” confirma as palavras anteriores: “(...) — *De atividade educativa, só a inscrição no ano passado para um curso de computação. Mas nunca fomos chamadas*”.(“Drika”, 16 anos).

Soma-se a estas declarações algumas outras:

“(...) — Se tivesse cursos aqui, 99% iriam se interessar. Poderiam estar lá fora já cursados e arrumar um bom emprego. O único curso que eu gostaria de fazer aqui era o de informática, do qual já tenho algumas noções.” (P., sexo masculino, 16 anos).

“(...) — Podia ter mais atividades culturais e cursos.” (J., sexo masculino, 14 anos).

“(...) — Podia aumentar a oferta de cursos.”(J.P., sexo masculino, 14 anos).

As depoentes Marlene, L. e “Drika” tentaram voltar a estudar no início de 2003, em Ceilândia. Queriam cursar o supletivo de 1º e 2º graus. Para se matricular no único estabelecimento de ensino público da localidade que oferecia o referido cursos, teriam que pernoitar numa longa fila de espera e como o número de vagas era somente quinze e os que se encontravam na fila já superavam em muito esta cota, acabaram desistindo. Perguntamos se o Projeto “Esporte à Meia Noite” realizou alguma ação no sentido de ajudá-las nesta matrícula. Responderam negativamente.

O Projeto porém, diz estar zelando pela re-inserção na estrutura educacional destes jovens como podemos observar na seguinte citação:

“O mesmo raciocínio pode ser feito quando se observam os resultados relativos ao estímulo à permanência do adolescente na escola, aos dados referentes à frequência diária a escola e a re-

inserção na estrutura educacional, entre outros.”(Relatório Psicossocial, 2003:39).

Até onde vai o desencontro entre o discurso oficial e suas práticas?

Continuando nossa análise de dois outros panfletos oficiais do Projeto - “Um golaço do GDF contra a violência” (p. 8 - 9) e “Dê um dribble na violência” - vemos que a participação de jovens em gangues é vista como uma das causas importantes da delinquência juvenil:

“O Esporte à Meia-Noite funciona como ação preventiva às gangues juvenis e contribui para minimizar a violência gerada por elas.” (Um golaço do GDF contra a violência, 2000:13).

Mas não nos pareceu que o perfil do freqüentador do Projeto em Ceilândia seja o de integrantes de gangues ou de ex-integrantes.

Em nossas entrevistas investigamos a vinculação dos jovens freqüentadores do Projeto com as gangues, seja no passado ou no presente. Perguntamos suas opiniões acerca das gangues de pichadores. Eis as respostas:

“ — Não tenho opinião sobre gangues.” (C., sexo masculino, 15 anos).

“ — Hoje em dia já diminuiu muito o número de pichadores por aqui. Muitos vêm pra cá, tentam parar com estas coisas, praticam esportes. Alguns estão trabalhando. (...)” (P., sexo masculino, 16 anos).

“ — Acho o que as gangues fazem errado. (...)” (J.P., sexo masculino, 14 anos).

“ — As gangues de pichadores estão erradas.” (L., sexo masculino, 14 anos).

“ — Não acho legal.” (“Drika”, 16 anos).

“ — Acho péssimo, porque destroem placas de sinalização, picham prédios, destroem a cidade.” (Marlene, 25 anos).

“ — Não concordo com o que as gangues fazem.” (L., sexo feminino, 16 anos).

“ — As gangues são de pessoas sem criatividade, que não pensam em aprender, que não tem nada para fazer, que ficam destruindo patrimônio público, coisas que muitos lutam para ter”. (M., sexo masculino, 14 anos).

Pelas declarações citadas nota – se um certo estranhamento e repulsa as formas de condutas e às ações das gangues entre os jovens do Projeto.

Será que o Projeto não os alcançou?

Somente uma pesquisa qualitativa mais detalhada poderia responder mais precisamente a tal indagação. No entanto, temos a impressão de estar havendo falhas na comunicação, divulgação ou equívocos nas propostas das atividades esportivas, educativas e culturais a que o Projeto se propõem desenvolver junto aos jovens membros de gangues para lhes servir como alternativa de entretenimento e ocupação do tempo livre.

No documento oficial do Projeto, chamado “Relatório Psicossocial”, de Fevereiro de 2003 (p. 39), menciona que tanto as atividades educativas e lúdicas ali desenvolvidas procurariam criar comportamentos que motivassem a integração, tolerância e à aceitação mútua entre os adolescentes. A esse respeito, o que disseram os adolescentes nas entrevistas?

“ — De negativo, têm os meninos que às vezes não deixam a gente brincar com eles, falando que [futebol] é esporte de homem. Só eles podem jogar. (...) E aqui tem muito moleque sem graça.” (L., sexo feminino, 16 anos).

“(...) — Muitos vêm só para bagunçar (...) Outras pessoas querem passar você para traz.” (M., sexo masculino, 14 anos).

“(...) — falta organização para todos terem vez de jogar os vários esportes. Quem joga são sempre os mesmos, não deixando vez para os demais. No lanche há alguns que jogam leite nos outros, pão e copos [também]. (...) As mulheres são maioria e eles não gostam de jogar com mulheres. Aqui tem mais esporte para homem. (...) [não gosto de alguns adolescentes participantes] porque são muito moleques.” (Marlene, 25 anos).

“ — De negativo aqui, só a falta de respeito dos meninos que ficam xingando a gente.” (“Drika”, 16 anos).

“ — [De negativo no Projeto cito] *as brigas. Já vi brigas aqui.*” (J., sexo masculino, 14 anos).

“ — [De negativo no Projeto] *só umas brigas de vez em quando.*” (L., sexo masculino, 14 anos).

“ — [De negativo no Projeto] *As brigas que tem aqui, os policiais que batem nos outros. (...) Fiz alguns inimigos aqui, mas fiz amigos também. (...) É muito difícil integrar uma equipe. Os caras só pensam em um cara que seja grande.* (J.P., sexo masculino, 14 anos)

“ — [De negativo no Projeto] *Às vezes saem algumas brigas. (...) na hora do lanche fala-se muito palavrão.*” (P., sexo masculino, 16 anos).

Analisando as respostas acima, o que se constatou foram falhas graves no processo motivador dos adolescentes do Projeto visando sua integração, sua tolerância e a sua aceitação mútua, isso nos leva a questionarmos se existe mesmo alguma atuação sistematizada neste sentido. O que se pode observar das entrevistas foi um tipo de ação espontânea, voluntarista, superficial e individualmente direcionada por parte de alguns monitores e professores de Educação Física ao lidarem com situações onde ocorrem acirramentos de ânimos e conflitos com agressões físicas entre os jovens. A postura mais comum dos monitores quanto a incentivar a melhor convivência entre os jovens ali presentes tem sido nula ou de abandonar estes à própria sorte.

Quanto à frequência ao Projeto, os adolescentes não chegaram a apresentar uma regularidade ou assiduidade constante às atividades ali desenvolvidas ao longo do ano pesquisado. As motivações alegadas para as suas ausências nos indicam que a importância dada às atividades do “Esporte à Meia Noite” algumas vezes não se equiparam a aquela destinada ao se assistir a um filme exibido na televisão, como nos mostram as seguintes declarações:

“ — *Antigamente vinha todo dia. Mas agora acho cansativo(...). Não sou mais assíduo porque gosto de assistir*

futebol e filmes na televisão lá em casa.” (M., sexo masculino, 14 anos)

“ — *Venho umas duas vezes por semana. Mas antes vinha diariamente. É por causa da minha filha.*” (Marlene, 25 anos)

“(…) — *Para falar a verdade, venho quando conto com a companhia das minhas amigas.*” (“Drika”, 16 anos)

“ — *Venho todo dia. Mas quando passa um filme bom na televisão, não venho.*” (L., sexo masculino, 14 anos)

“ — *Tem semana que eu não venho. Tem semana que venho um dia, dois dias.*” (J.P., sexo masculino, 14 anos)

“ — *No início era todo dia [que eu vinha]. (...) Agora só posso vir as sextas-feiras.*” (P., sexo masculino, 16 anos)

“ — *Venho aqui todos os dias de funcionamento.*” (C., sexo masculino, 15 anos)

“ — *Tem dia que não venho porque o “baú” [ônibus] não passa ou, porque não estou afim de vir.*” (L., sexo feminino, 16 anos)

Observa-se nos depoimentos destes jovens uma tendência a diminuir seus comparecimentos às atividades do Projeto. As atividades do Projeto não estariam revelando um poder de atração ou, melhor dizendo, não estariam apresentando a capacidade de retê-los no usufruto dos benefícios tão propagandeados?

Mas será que de fato esses benefícios das atividades esportivas oferecidas — ping-pong, futsal, “totó” e dominó — das aulas de dança de músicas baianas e do lanche — pão com leite — teriam a capacidade de promover nos adolescentes dali, “um crescimento no sentido da busca de sua re-inserção social, dando-lhes apoio familiar, incentivando-os a voltarem às atividades escolares, capacitando-os profissionalmente e assistindo-os na área da saúde física e mental”, conforme expressa o “Relatório Psicossocial, de Fevereiro de 2003”, nas páginas 38 e 39 ?

Talvez — e o mais provável — é ter provocado frustrações naqueles que procuraram o Projeto acreditando nas suas reiteradas propagandas oficiais quanto aos benefícios que seriam encontrados ali, mas que na realidade somente em uma pequena parcela existiram.

De qualquer modo, ao longo do ano de 2003, nas várias oportunidades que estivemos presentes no Centro de Atendimento Integral à Criança(CAIC) de Ceilândia, podemos verificar uma média de freqüentadores girando em torno de 35 adolescentes por dia, não sendo realizado pelo monitor responsável (Rubens) tipo algum de controle mais sistematizado da freqüência daqueles que lá compareceram, a não ser uma contagem em números absolutos dos mesmos. Com isso não é possível saber mais detalhes dos usuários do Projeto, como por exemplo, qual a distribuição por gênero, quantas diferentes pessoas são atendidas semanalmente, mensalmente e anualmente. Portanto, fica complicado haver um acompanhamento sobre possíveis desistências ou inclusão de adolescentes no Projeto, assim como checar a regularidade de seus comparecimentos. Isto faz com que os números de freqüentadores do Projeto divulgados nos informes oficiais do GDF seja colocado em dúvida quanto a sua precisão e veracidade.

Está escrito no documento “Um Golaço do GDF Contra a Violência” (p.7), que um dos objetivos do Projeto é:

“Combater , de forma preventiva, a criminalidade juvenil , por meio do desenvolvimento de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer, destinadas à expressão de seus valores culturais e voltadas a construção de sua cidadania.”(p.7)

E um pouco mais adiante:

“A escalada da violência nas grandes cidades brasileiras vem se agravando ao longo dos anos, ocasionadas (...) pela falta de uma política pública (...) direcionada ao segmento da infância e da adolescência, voltada à construção de sua cidadania (...) por meio de atuação sócio educativa.” (p.7)

Na página 16, está com a estratégia de atuação do Projeto, o seguinte:

“Será dada ênfase às atividades que proporcionem o convívio social baseado na elevação da auto-estima, na promoção dos valores éticos, culturais e da cidadania”.

Na prática como é tratada com os adolescentes no Projeto a questão da cidadania especificamente?

“_ Já assisti uma palestra aqui sobre o Estatuto do Adolescente. Sobre os direitos que nós temos. Nós não podemos é abusar dos nossos direitos, pensando que só por sermos jovens podemos aprontar que não seremos punidos”. (M., sexo masculino, 14 anos)

Apuramos que em 2003 a questão da cidadania, abordada direta e claramente, mesmo que de forma incompleta, junto aos adolescentes de Ceilândia, no Projeto, somente ocorreu uma única vez. Foi na palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com esta diminuta oportunidade para se informar a respeito de sua cidadania e de poder discuti-la, fica difícil dar credibilidade aos propósitos anunciados no discurso oficial de incentivar a formação cidadã destes adolescentes.

Bobbio mencionava que para a formação do cidadão ativo acontecer, seria necessário desenvolver nos jovens, principalmente, ideais. Destacaremos apenas três destes ideais:

- o ideal da tolerância, superando a crença cega na própria verdade e na força capaz de impô-la;
- o ideal da não-violência, que as regras da democracia estimulam como técnicas de convivência destinadas a resolver os conflitos sociais sem o recurso à violência, e,
- o ideal da renovação gradual da sociedade através do livre debate das idéias, da mudança das mentalidades e do modo de viver. (Bobbio, 1986:38-40)

Contextualizar as práticas esportivas do Projeto Esporte à Meia Noite em relação a sociedade que temos e em relação a sociedade que

queremos fazendo um apelo aos valores dos ideais acima citados talvez trouxesse contribuições mais significativas para superação da violência. Esse trabalho poderia se realizar conjuntamente com todos os profissionais atuantes no Projeto de forma diluída no cotidiano de suas lidas com os adolescentes e de forma mais específica através de palestras ou em atendimentos individualizados feitos por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

Mas ficamos surpresos em saber que no ano de 2003 não houve nenhuma atuação de profissionais psicólogos, pedagogos e assistentes sociais junto ao Projeto, conforme os seguintes depoimentos de adolescentes ao responderem a indagação de nossa pesquisa, se já foram entrevistados alguma vez pelos referidos profissionais:

“ _ *Uma vez [em 2002] uma psicóloga me entrevistou aqui.*”

(Marlene, 25 anos)

“ _ Não. ” (M., sexo masculino, 14 anos)

“ _ Não. ” (“Drika”, 16 anos)

“ _ Não. ” (L., sexo masculino, 14 anos)

“ _ *Só por repórteres.* ” (J., sexo masculino, 14 anos)

“ _ Não, nenhuma vez. ” (J.P., sexo masculino, 14 anos)

“ _ *Entrevistado só por uma equipe de reportagem que esteve aqui.* ” (P, sexo masculino, 16 anos)

“ _ *A semana passada uma psicóloga ensinou a gente botar camisinha no pau.* ” (C., sexo masculino, 15 anos)

“ _ Não. ” (L., sexo feminino, 16 anos)

Mas o que está nos materiais de divulgação oficial do Projeto sobre a atuação prevista para os profissionais de psicologia, assistência social e pedagogia?

Vejam na página 11 do livreto “Um Golaço do GDF Contra a Violência”_ onde se lê em sua folha de rosto o “slogan” do Governo do Distrito Federal “ A GENTE FALA, A GENTE FAZ.”_ o que se prevê a respeito:

“_ Psicólogas, assistentes sociais e uma pedagoga desenvolvem o trabalho psicossocial e educativo dos beneficiários do Projeto, por meio de acompanhamento individual e familiar. Após levantamento do perfil de cada jovem, eles são encaminhados para cursos de capacitação profissional e para atividades culturais, de acordo com seus interesses e com os recursos que a comunidade dispõe”.

Em “Dê um drible na violência”, outro informativo oficial sobre o Projeto, consta que:

“(...) psicólogos e assistentes sociais discutem, em palestras, assuntos escolhidos pelos próprios jovens, como DST, drogas, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros”.

No jornal “Segurança & Comunidade”, ano 1, número 01, página 8, da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal, em artigo intitulado “Esporte à Meia Noite: o resgate da auto-estima do jovem carente”, diz:

“Também ficam à disposição dos jovens uma psicóloga e uma assistente social, que fazem um acompanhamento individual e familiar de cada participante, além de realizarem palestras sobre o consumo de drogas e doenças sexualmente transmissíveis (Aids, sífilis, etc), entre outros temas de interesse desse grupo de pessoas. Com esse trabalho, as profissionais conhecem o perfil do jovem e o encaminha a cursos que vão contribuir na sua formação profissional”.

Mas conforme citamos anteriormente não houve atuação desses profissionais no ano de 2003, exceto uma única vez, em que uma psicóloga esteve por 10 minutos no CAIC de Ceilândia para falar com os adolescentes do Projeto sobre como se usar a “camisinha” nas relações sexuais. O resultado não foi tão produtivo como se esperava, pois durante essa breve explanação o ambiente foi de tumulto com risos e piadas, inclusive com o som do microfone que estava sendo usado por esta psicóloga sendo bruscamente interrompido por adolescentes que romperam o cabo de transmissão de energia elétrica do mesmo. Esse foi o único contato que aqueles jovens tiveram com tais profissionais ao

longo do corrente ano. A profissional era apenas uma convidada, sem nenhum vínculo com o Projeto. Portanto, aqui também, o escrito não foi cumprido.

De acordo com o Decreto nº 20.610, do Governo do Distrito Federal, que criou o Projeto Esporte à Meia Noite, é mencionado em seu Artigo 1º que o mesmo está destinado a desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas para adolescentes no período noturno, com o objetivo de diminuir a criminalidade juvenil.

No Artigo 8º, ainda do Decreto nº 20.610, é dito o que se quer expressar por atividades culturais: apresentações de grupos folclóricos, espetáculos de dança, música e teatro.

Perguntamos aos adolescentes que freqüentam o Projeto se já haviam assistido no Esporte à Meia Noite eventos como a apresentação de grupos folclóricos, espetáculos de dança, música e teatro com artistas de fora do Projeto. Quantas vezes isso teria ocorrido? Se gostaram? E se deveria haver mais outros? As respostas foram:

“_ Não assisti nada de folclore aqui. Dança, só a do nosso grupo. Música, nunca ouvi sendo apresentada e nem teatro. Gostaria que houvesse todos eles e várias vezes.” (Marlene, 25 anos)

“_ Não assisti a nenhum desses eventos, mas gostaria de poder assistir”.(L., sexo feminino, 16 anos)

“_ Não assisti nada disso aqui.” (C., sexo masculino, 15 anos)

“_ Só tenho visto o grupo de dança daqui. Mas deveria haver tudo isto”.(P., sexo masculino, 16 anos)

“_ Não assisti nenhum destes eventos. Só a dança daqui. E não gostei. Deveria haver estes eventos, porque está tudo sempre a mesma coisa. A gente está enjoado já destas danças.” (J.P., sexo masculino, 14 anos)

“_ Não [Assisti estes eventos]. Só ficam dançando ‘axé’ e tem um pessoal que só quer ouvir ‘rap’. O professor e os policiais ficam falando: ‘Rap’, aqui não !

Ficam com medo de bagunçar.” (J., sexo masculino, 14 anos)

“Folclórico não. Dança, não. Música não. Teatro não. Mas gostaria de ver alguém vir aqui tocar, dançar...” (L., sexo masculino, 14 anos)

“Não”. (“Drika”, 16 anos)

“O único espetáculo que assisti aqui foi de um pessoal de circo, artistas de rua, que usavam tochas de fogo. Era uma prova de equilíbrio. Achei muito interessante”. (M., sexo masculino, 14 anos)

Apesar do Decreto em discussão, não citar filmes como atividade cultural, mesmo assim, houve exibição de alguns filmes de vídeo no início do ano de 2003, com intervalos de 15 dias entre uma apresentação e outra. Alguns destes filmes não apresentavam nenhum caráter pedagógico, como foi o caso de “O Quarto do Pânico”, “As Panteras” e “Todo Mundo em Pânico II”. Outros tinham mensagens com algum teor educacional, como “Christiane F., Drogada e Prostituída”, “O Amor é Cego”, “Como Cães e Gatos” e “Um Ato de Coragem”. Embora fosse previstas discussões após as exibições, para se desenvolver alguma reflexão entre os presentes, estas nunca ocorreram, fazendo com que o aproveitamento pedagógico destes eventos ficasse comprometido.

Deste modo constatamos que as atividades culturais foram precariamente desenvolvidas, nas raras ocasiões em que aconteceram, ao longo do ano pesquisado.

No quesito atividades esportivas, o Projeto tem obtido aprovação por parte dos adolescentes de uma maneira geral. Os que ali comparecem em sua maioria se envolvem com a prática de alguma modalidade esportiva oferecida: “totó”, tênis de mesa, dominó, futebol de salão ou dança. Observamos que no livreto “Dê um drible na violência”, está anunciado mais seis diferentes modalidades esportivas no Projeto Esporte à Meia Noite: xadrez, vôlei, frescobol, basquete, damas e tênis. Foram raros os adolescentes que conseguimos observar não demonstrando interesse em tomar parte nestas atividades esportivas.

Corroborando o que afirmamos acima, citamos alguns depoimentos dos adolescentes:

“_ *De positivo [no Projeto] existem... os jogos.*” (L., sexo feminino, 16 anos)

“_ *Gosto da dança [quando tem aula]*”.(Marlene, 25 anos)

“_ *Aqui tem esporte e eu gosto. Por isso vim para cá.*(C., sexo masculino, 15 anos)

“_ *(...) para mim aqui tem todos os esportes que gostaria de praticar.*” (P., sexo masculino, 16 anos)

“_ *(...) tinha de ter mais 'totó', mais ping-pong, ...*” (J.P., sexo masculino, 14 anos)

“_ *Pratico mais o 'totó'...que me dá mais alegria.*” (J., sexo masculino, 14 anos)

“_ *[Positivo no Projeto são:]'totó', ping-pong e futebol.*” (L., sexo masculino, 14 anos)

“_ *(...) gostaria de continuar jogando futebol...*” [respondendo sobre que modalidade esportiva gostaria de poder praticar.] (“Drika”, 16 anos)

“_ *(...)gostaria [de continuar praticando] ping-pong, futebol...*” (M., sexo masculino, 14 anos)

A maioria destes adolescentes manifestaram o desejo de poderem praticar também outras modalidades esportivas que não foram oferecidas pelo Projeto em Ceilândia, como por exemplo: capoeira, jiu-jitsu, natação, etc.

5.3. ANÁLISE DE DADOS DA DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com a finalidade de obtermos um acréscimo de fidedignidade ao nosso estudo, foram analisados todos os Boletins de Ocorrência da Delegacia da Criança e do Adolescente no Distrito Federal, correspondentes aos anos de 2002 e de 2003, já que quaisquer menores

de idade presos nesta Unidade da Federação terão de ser encaminhados para lá num primeiro momento.

Uma observação quanto às idades destes pesos registrados na Delegacia em questão nos despertou a atenção: alguns deles, quando foram presos eram maiores de idade, tinham mais de 18 anos, portanto, poderia parecer estranho ao serem detidos por policiais serem conduzidos àquela instituição. Mas, segundo o agente da polícia civil que nos atendia nesta Delegacia, isto se devia a mandatos de prisão expedidos por juízes que, pela lentidão da Justiça, só tomavam esta decisão depois de transcorridos longos períodos de tempo em relação à ocasião da prática do delito, quando seu perpetrador ainda era menor de idade.

Nestes Boletins de Ocorrência todas informações sobre o local de residência dos menores infratores que por ali deram passagem não estavam especificadas por Regiões Administrativas de forma sistematizada. Muito menos ainda, em se tratando de determinados Setores de uma Região Administrativa, como precisávamos. Somente nos interessava estudar o Setor "O", da Região Administrativa de Ceilândia. Tivemos de fazer essa separação, analisando caso a caso, em pé de frente de um balcão do saguão de entrada da Delegacia.

Considerando que já é de amplo conhecimento popular, a existência de uma sub notificação das ações criminosas no Brasil,

motivada por uma generalizada descrença em suas apurações e punições, fazendo com que várias de suas vítimas não registrem queixas na polícia, resolvemos, apesar de tais considerações, aceitá-la como válida para nossa pesquisa.

Encontramos 66 (sessenta e seis) registros de detenção de menores em 2002 e 70 (setenta) registros de detenção de menores em 2003. Isto representa um aumento de 6,2% na criminalidade juvenil do Setor "O" de Ceilândia no ano de 2003, revelando deste modo as limitações da influência do Projeto Esporte à Meia Noite junto a sua população almejada através de seus alardeados benefícios.

Tabela I

- Nº de ocorrências em 2002 e 2003 na delegacia da criança e do adolescente, referentes ao Setor O (Ceilândia/DF).

Faixa etária (em anos)	FEMININO			MASCULINO			TOTAL
	12 a 15	16 a 18	Acima de 18	12 a 15	16 a 18	Acima de 18	
2002	1	4	0	17	44	0	66
2003	1	8	0	20	36	5	70

6. DISCUSSÃO

Cabe ao Estado manter e fortalecer a ordem social. Se a ordem social é a expressão das desigualdades de classes em luta pelo poder de impor suas vontades umas às outras, sendo uma delas num determinado momento histórico mais forte, controlando inclusive o Estado, então parece que fica fora de qualquer dúvida que suas políticas públicas não valorizarão ações transformadoras dessa realidade. Sua essência consistirá mais na modelagem dos indivíduos pela norma dessa ordem social.

Num plano mais local questionamos se a política pública de superação da violência juvenil do Governo do Distrito Federal está transformando ou “anestesiando” as condutas destes jovens de periferia descontentes com a excludente ordem social vigente, domesticando-os. Será que se deseja adaptá-los à lógica de mercado, dos balanços de perdas e lucros? Não será viável formar cidadãos?

Quais são as possibilidades de atuação transformadora do tempo livre, no lazer ou na recreação dos jovens das camadas populares de nossas cidades?

O Projeto “Esporte à Meia Noite” está esvaziado de seus aspectos transformadores, servindo apenas como um espaço de práticas esportivas.

Talvez – e o mais provável - é ter provocado frustrações naqueles que procuraram o projeto acreditando nas suas reiteradas propagandas oficiais quanto aos benefícios que seriam encontrados ali, mas que na realidade somente em uma pequena parcela existiram.

Qual será o alcance social dessa forma de aproximação do Estado com as comunidades carentes de periferia?

Nossa pesquisa demonstrou haver um longo distanciamento do Estado em relação às aspirações existentes nos indivíduos das comunidades carentes.

O real e principal objetivo do Projeto seria somente manter ocupada àquela determinada população juvenil com atividades capazes de manter a ordem social?

Aqueles momentos passados no Projeto terão o objetivo de transformar o tempo livre num instante de fuga ou de esquecimento das misérias do cotidiano?

As atividades esportivas do Projeto estariam se tornando mais uma forma de ópio para certas camadas populares?

Contextualizar as práticas esportivas do Projeto “Esporte à Meia-Noite” em relação a sociedade que temos e a sociedade que queremos

fazendo um apelo aos valores dos ideais de justiça social e cidadania trouxesse contribuições mais significativas para a superação da violência. Esse trabalho poderia iniciar-se com a realização conjunta de todos os profissionais envolvidos no Projeto de forma diluída no cotidiano de suas lidas com os adolescentes e de forma mais específica através de palestras ou em atendimentos individualizados feitos por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, abrindo-lhes perspectivas de virem a interagir com dignidade cidadã na sociedade mais abrangente.

7. CONCLUSÃO

Os feitos e efeitos do Projeto “Esporte à Meia-Noite” foram super dimensionados pelo discurso governamental (Distrito Federal) e por parte da imprensa nacional. Foram aumentadas e até inventadas algumas de suas realizações para mostrar que o governo do Distrito Federal não estava inerte diante do aumento da violência juvenil provindo das Cidades Satélites mais empobrecidas e que assustavam tanto a população de classe média alta do Plano Piloto. Portanto, na realidade, o foco do Projeto não foi levar cidadania à juventude marginalizada, como enfatizava as publicações governamentais até o ano de 2003.

Não se quer aqui negar totalmente a validade destes empreendimentos, já que o sentido de cooperação entre colegas durante as práticas esportivas realizadas no Projeto, a solidariedade do time, o respeito mútuo e o sentimento de pertencer a um coletivo – desenvolvido em espaço público (conforme Habbermas, 1989) por oposição ao espaço privado (e psicologizado) dos desejos, dos sentimentos individuais egoístas e atomizadores – são aqueles valores fundamentais na construção da sociedade e, portanto, na organização social. Embora reconheçamos riscos da existência de alguns efeitos perversos da convivência com outros menores criminosos no local onde ocorrem as

práticas esportivas do Projeto, isso poderá ser contornado com uma atuante presença dos monitores e professores de Educação Física junto aos menores ao longo dessas atividades.

Algumas falhas foram observadas nesse relacionamento entre os menores que estão no Projeto, como a falta de exigência de idade mínima na montagem dos times que estarão jogando, desconsiderando as diferentes limitações físicas e psicológicas entre os praticantes em competição; a falta de exigência de vínculo escolar destes jovens como condição para freqüentarem o Projeto; a falta de consideração às diferenças de gênero na escolha das modalidades esportivas; a falta de um acompanhamento físico-psíco-pedagógico dos menores que mais assiduamente ali comparecem; a falta de acompanhamento e orientação dos familiares dos menores de forma regular; a falta de orientação no desenvolvimento de uma sociabilidade mais cordial e pacífica; a falta de esclarecimento aos menores sobre como fazer a construção da cidadania; e, por fim, sentimos a falta de cursos supletivos conveniados com o Projeto, que permitissem aos menores melhorarem sua escolaridade e assim começar um curso profissionalizante que mais tarde lhes possibilitariam romper o círculo vicioso da pobreza.

Como diz Zaloair (1994:171) "é claro que um projeto destinado aos jovens não pode resolver um problema muito mais complexo e abrangente do direito ao trabalho que, na sociedade contemporânea, é

de difícil solução”. Mas os habilitariam a enfrentar a competição pelo mercado de trabalho.

Falta coerência, mais recursos e mais adequação da própria proposta do Projeto “Esporte à Meia Noite” para seu efetivo resultado. A descrença em seus resultados por serem parciais e temporários têm desanimado o seu corpo operacional, além não serem ouvidos na hora das tomadas de decisões pela Coordenação do Projeto.

Segundo Zaloair (1994:162) para visualizar o que fazer no futuro é preciso ver o que se deve mudar no presente e não apenas fazer um trabalho visando preencher o tempo atual do menor.

O esporte é a forma de começar a aprender direitos e deveres de todos: os próprios e os alheios.

Porém, se apenas tiverem o objetivo de mitigar situações sociais injustas, é necessário que se repense o que está sendo feito.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ABRAMOVAY, Miriam; LEITE, Ana Maria Alexandre (Coord.). Escolas de paz. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2001.

ACIOLI, A. Uma Análise da Violência Humana. Extraído da página www.afm.org.br, em 02/04/04.

BURITI, M. A. (org). Psicologia do Esporte. Campinas/SP: Alínea, 1997.

CARVALHO, A. M. Violência no Desporto. Lisboa, Portugal: Horizonte, 1985.

CAVALCANTI, Kátia B. Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

COTES, P. ; França, V. Como o desemprego aumentou o crime: pesquisa revela. In REVISTA ÉPOCA, nº 307/05 de abril de 2004. São Paulo; Globo, 2004.

DAOLIO, J. A Violência no Futebol Brasileiro, in REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E MOVIMENTO. Campinas: Unicamp, 1992.

DIAS, K. Educação Física X Violência. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

FROMM, Erich. Anatomia da Destrutividade Humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARINHO, I.P. Introdução ao Estudo da Filosofia da Educação Física e dos Desportos. Brasília – DF: Horizonte, 1985.

MEGARGEE, E. I. (org). A Dinâmica da Agressão: Análise de indivíduos, grupos e nações. São Paulo: EPU, EDUSP, 1976.

Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília – DF: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

MORAIS, R. O que é Violência Urbana. São Paulo – SP: Brasiliense, 1998.

MOSQUERA, M. J. *Noviolencia y Deporte*. Barcelona, Espanha: INDE, 2000.

MURAD, M. *Dos pés à cabeça: Elementos básicos de Sociologia do Futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural Ltda, 1996.

NOLETO, M. J. *Educação, Cultura e Desporto Trabalhando Para o Fim da Violência*. *in* *Desafios Para o Século XXI*. Brasília – DF: Câmara dos Deputados 2001.

ODALIA, N. *O Que é Violência*. São Paulo, Brasiliense 1983.

OLIVEN, R. G. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

PAIVA, D. (coord). *Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medidas Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília / DF: Ministério da Justiça, 2002.

PEREIRA, C. A. M. et al. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PIMENTA, C.A.M. *Torcidas Organizadas de Futebol: Violência e Auto-Afirmação – Aspectos da Construção das Novas Relações Sociais*. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

PINHEIRO, P. S.; O'DONNELL, G.; MÉNDEZ, J. E. Democracia, violência e injustiça. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PONTES, D. B. "Aspectos Sócio-Econômicos do Ato Infracional". In Revista Virtual de Direitos Humanos. Ano 2, n.º 2, Março de 2002, Brasília – DF: OAB, 2002.

SÉRGIO, M. Filosofia das Actividades Corporais. Lisboa / Portugal, COMPENDIUM, sem data.

SILVA, P.F.C. O Perfil Social dos Jovens Atendidos pela SEMSE em 2000. Brasília – DF, Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, 2002.

SOREL, G. Reflexões Sobre a Violência. São Paulo: Martins Fontes 1992.

SOUZA, M.R.G. (coord). Perfil dos Adolescentes Infratores no DF: 1997 a 2001. Brasília – DF, Ministério Público do Distrito Federal/Comissão Permanente de Política Criminal, 2002.

TISSERON, S. O Encontro Com Imagens Violentas em Jovens de 11 a 13 Anos, do Estresse ao Gregarismo. Anais..., Paris: 2001.

TOLEDO, L. H. Transgressão e violência entre torcedores de futebol, in REVISTA USP, São Paulo, 1994.

VELHO, G. Cidadania e Violência. Organizado por Gilberto Velho e Marcos Alvito, 2.ed.ver. Rio de Janeiro: UFRJ , FGV, 2000.

VILA NOVA, S. Introdução à Sociologia. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2000.

VOLPI, M. (Org.). O adolescente e o ato infracional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao paraíso. 1. ed. São Paulo: Escuta; Campinas, SP: EDUNICAMP, 1994

ANEXO I

ROTEIRO AVALIATIVO SOBRE O PROJETO (QUESTIONÁRIOS)

1) FREQUËNTADORES

1º) Quais os pontos positivos do Projeto Esporte à Meia Noite?

Justifique.

2º) Quais os pontos negativos do Projeto Esporte à Meia Noite?

Justifique.

3º) Frequentando o Projeto, seu círculo de amigos aumentou? As amizades mudaram? Como o Projeto influenciou nisso?

4º) Qual a sua opinião sobre as gangues de pichadores?

5º) Antes de participar/conhecer o Projeto você já praticava alguma modalidade esportiva? Quais você gostaria de poder praticar?

6º) Para você o esporte que pratica tem que função? Laser, relaxamento, sociabilização?

7º) É fácil integrar uma equipe para jogar, no Projeto? Comente.

8º) Se o Projeto oferecesse outras alternativas que não fosse o esporte, como por exemplo, a exibição de filmes em vídeo, documentários, palestras sobre temas educativos, você iria preferir o quê? E a atual programação lhe é satisfatória? O que você já assistiu?

9º) O que o atraiu ao Projeto?

10º) Como se sente aqui dentro?

11º) Veio com alguém?

12º) Qual a importância deste Projeto na sua vida?

13º) Como é a assiduidade? Porque a frequência não é mais assídua?

14º) Você gosta do pessoal que frequenta?

15º) O horário é bom? E o tempo de duração das atividades deveria ser maior, menor ou é suficiente?

16º) Seus pais colocam algum obstáculo?

17º) Gosta da equipe responsável? Em que? Por quê?

18º) Você se sentiria mais estimulado a participar do Projeto se pudesse escolher ou organizar as atividades? Ou se pudesse ser monitor?

19º) O Projeto foi criado para desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas. Você tem encontrado isto? Acha que poderia aumentar mais a oferta de alguns destes itens? Quais?

20º) Você já assistiu eventos no Projeto como a apresentação de grupos folclóricos, espetáculos de dança, música e teatro com artistas de fora do Projeto? Quantas vezes? Gostou? Deveria haver mais outros?

21º) Você já foi entrevistado alguma vez pela assistente social, pedagoga ou psicóloga do Projeto?

2) CORPO OPERACIONAL

a) MONITORES

1º) Quais os pontos positivos do Projeto Esporte à Meia Noite? Justifique.

2º) Quais os pontos negativos do Projeto Esporte à Meia Noite? Justifique.

3º) Quais atividades lúdico-recreativas são destinadas às crianças com menos de 10 anos de idade que vão ao Projeto?

4º) Existe um acompanhamento das atividades aqui desenvolvidas por vocês, por parte de algum representante da Região Administrativa de Ceilândia?

5º) As carências materiais, de mais pessoal técnico e de instalações físicas, quando são comunicadas ao coordenador geral do Projeto tem sido atendidas? Como?

6º) Quais são os profissionais da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude que aqui atuam? Quais são suas atribuições?

7º) Como tem sido o processo de avaliação do Projeto? Há documentos? Há relatórios?

8º) A Administração Regional de Ceilândia já promoveu eventos culturais e artísticos aqui no Projeto? Quantas vezes? Quais foram os resultados?

9º) Para você o esporte aqui praticado tem qual função?

ANEXO II

BOLETIM DE OCORRÊNCIAS EM 2002/3 NA DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REFERENTES AO SETOR “O”, EM CEILÂNDIA 04/02/2004

DATA	SEXO DO ENVOLVIDO	IDADE	REINCIDÊNCIA
01/01/2002	MASCULINO	20 ANOS	05/2002; 08/2002
07/01/2002	FEMININO	19 ANOS	04/10/2001
08/01/2002	MASCULINO	16 ANOS	
20/01/2002	MASCULINO	20 ANOS	
29/01/2002	MASCULINO	20 ANOS	10/08/1999; 19/05/2000
31/01/2002	MASCULINO	19 ANOS	18/10/2000
11/02/2002	MASCULINO	19 ANOS	
13/03/2002	FEMININO	18 ANOS	
17/03/2002	MASCULINO	15 ANOS	
18/03/2002	MASCULINO	17 ANOS	
18/03/2002	MASCULINO	19 ANOS	
20/03/2002	MASCULINO	16 ANOS	
22/03/2002	MASCULINO	18 ANOS	
25/03/2002	FEMININO	16 ANOS	
27/03/2002	MASCULINO	19 ANOS	
03/04/02	MASCULINO	19 ANOS	10/06/2002; 17/11/1999; 10/01/2001
03/04/2002	MASCULINO	19 ANOS	
04/04/2002	MASCULINO	18 ANOS	09/11/2001
11/04/2002	MASCULINO	18 ANOS	
13/04/2002	MASCULINO	17 ANOS	19/07/2000
13/04/2002	MASCULINO	19 ANOS	02/03/2002
15/04/2002	MASCULINO	19 ANOS	
15/04/2002	MASCULINO	16 ANOS	
20/04/2002	MASCULINO	19 ANOS	
26/04/2002	MASCULINO	20 ANOS	
06/05/2002	MASCULINO	18 ANOS	
18/05/2002	MASCULINO	17 ANOS	
19/05/2002	MASCULINO	18 ANOS	
27/05/2002	MASCULINO	19 ANOS	05/11/2001
31/05/2002	MASCULINO	19 ANOS	
05/06/2002	MASCULINO	19 ANOS	
06/06/2002	MASCULINO	18 ANOS	
13/06/2002	MASCULINO	19 ANOS	
17/06/2002	MASCULINO	11 ANOS	

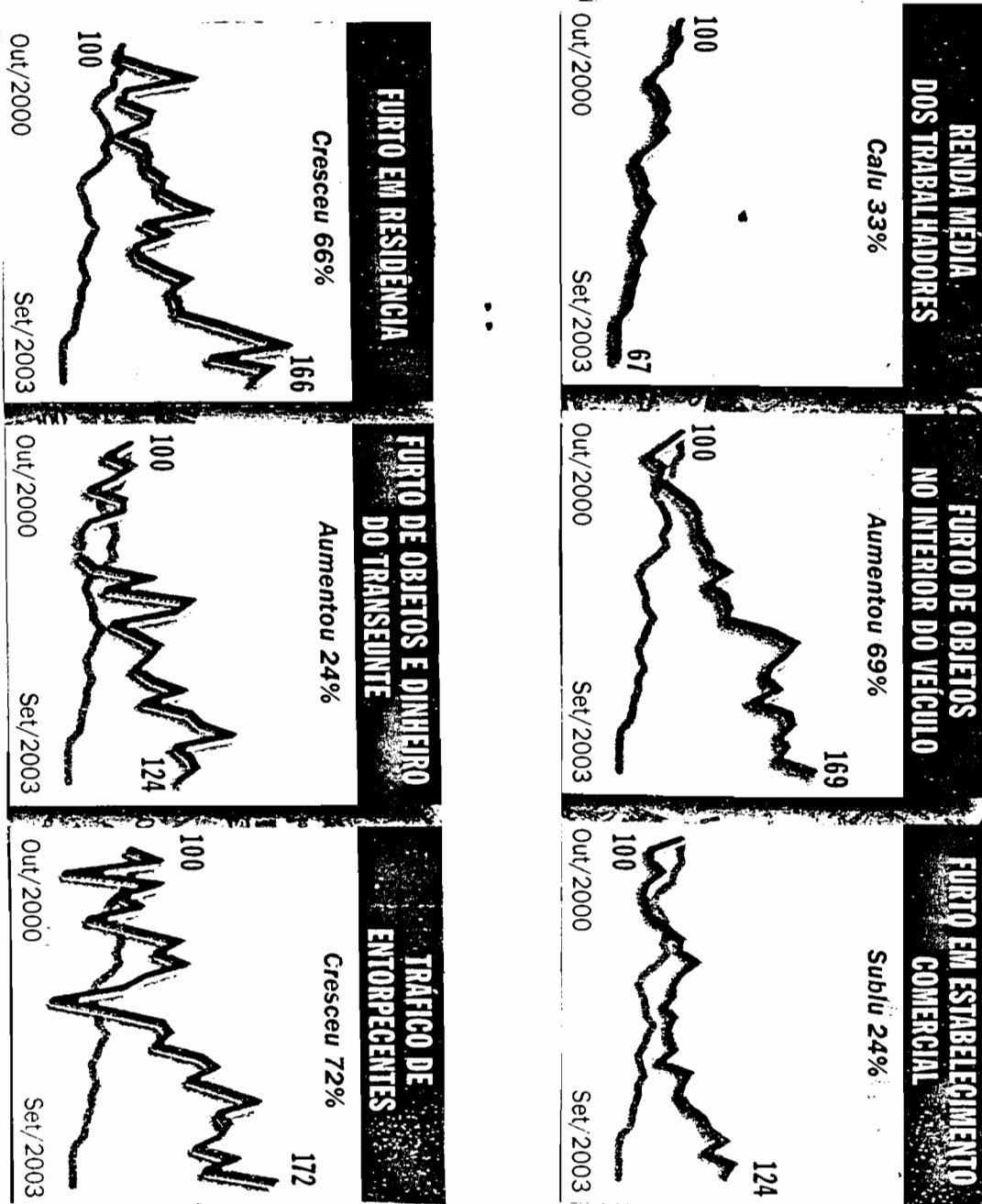
18/06/2002	MASCULINO	19 ANOS	20/05/2002; 25/05/2002
19/06/2002	MASCULINO	18 ANOS	28/03/2001; 31/12/2001
21/06/2002	MASCULINO	19 ANOS	
05/07/2002	MASCULINO	18 ANOS	
14/07/2002	MASCULINO	18 ANOS	
16/07/2002	MASCULINO	18 ANOS	
27/07/2002	MASCULINO	19 ANOS	
27/07/2002	MASCULINO	17 ANOS	
11/08/2002	MASCULINO	17 ANOS	
14/08/2002	MASCULINO	18 ANOS	20/10/2000; 12/02/02
14/08/2002	MASCULINO	19 ANOS	18/04/2002
14/08/2002	FEMININO	19 ANOS	
21/08/2002	MASCULINO	19 ANOS	
22/08/2002	MASCULINO	16 ANOS	
31/08/2002	MASCULINO	19 ANOS	10/01/2001
03/09/2002	MASCULINO	19 ANOS	18/01/2002; 29/08/2002
06/09/2002	MASCULINO	16 ANOS	
08/09/2002	MASCULINO	17 ANOS	
11/09/2002	MASCULINO	17 ANOS	
12/09/2002	MASCULINO	18 ANOS	
03/10/2002	MASCULINO	18 ANOS	
11/10/2002	MASCULINO	16 ANOS	09/09/2002
12/10/2002	MASCULINO	16 ANOS	
13/10/2002	MASCULINO	18 ANOS	
20/10/2002	MASCULINO	19 ANOS	20/02/2000; 10/04/2000
28/10/2002	MASCULINO	18 ANOS	
30/10/2002	MASCULINO	17 ANOS	
12/11/2002	MASCULINO	18 ANOS	16/02/2002; 20/02/2001; 21/02/2001; 03/04/2001; 28/11/2001; 20/01/2002; 21/01/2002; 20/05/2002
20/11/2002	MASCULINO	19 ANOS	13/02/2002; 16/04/2002; 20/07/2002; 21/10/2002
30/11/2002	FEMININO	18 ANOS	
01/12/2002	MASCULINO	19 ANOS	02/12/1999; 17/10/2002
27/12/2002	MASCULINO	18 ANOS	04/05/2001
09/01/2003	MASCULINO	15 ANOS	
16/01/2003	MASCULINO	17 ANOS	24/06/2002
20/01/2003	MASCULINO	18 ANOS	10/10/2002
22/01/2003	MASCULINO	18 ANOS	
23/01/2003	MASCULINO	20 ANOS	
27/01/2003	FEMININO	17 ANOS	
01/02/2003	MASCULINO	17 ANOS	07/03/2003; 01/04/2003
02/02/2003	MASCULINO	19 ANOS	14/07/2001; 01/01/2002; 04/05/2001; 11/07/2002

21/02/2003	MASCULINO	18 ANOS	
04/03/2003	MASCULINO	18 ANOS	19/08/2002
06/03/2003	MASCULINO	18 ANOS	
06/03/2003	MASCULINO	16 ANOS	
08/03/2003	MASCULINO	17 ANOS	
20/03/2003	MASCULINO	13 ANOS	
25/03/2003	MASCULINO	21 ANOS	23/08/2000; 17/09/2000; 03/01/2001; 05/04/2001; 18/07/2001; 07/06/2002
11/04/2003	MASCULINO	18 ANOS	09/10/2001; 20/10/2001; 06/01/2002
13/04/2003	MASCULINO	18 ANOS	
16/04/2003	MASCULINO	15 ANOS	
25/04/2003	MASCULINO	18 ANOS	10/08/2002; 17/10/2002; 01/12/2002
27/04/2003	MASCULINO	15 ANOS	
12/05/2003	MASCULINO	18 ANOS	13/07/2001; 10/09/2001; 28/11/2001; 13/12/2001
13/05/2003	FEMININO	18 ANOS	
15/05/2003	MASCULINO	17 ANOS	05/05/2003
15/05/2003	MASCULINO	17 ANOS	15/05/2003
17/05/2003	MASCULINO	16 ANOS	04/12/2001; 05/03/2002; 27/07/2002
17/05/2003	MASCULINO	17 ANOS	
19/05/2003	MASCULINO	17 ANOS	10/12/2003
29/05/2003	MASCULINO	19 ANOS	17/09/2000; 02/01/2001; 04/11/2001
30/05/2003	MASCULINO	20 ANOS (MANDATO DO JUIZ)	
01/06/2003	MASCULINO	16 ANOS	07/01/2003
01/06/2003	MASCULINO	16 ANOS	
08/06/2003	MASCULINO	16 ANOS	03/12/2001; 26/06/2002
20/06/2003	MASCULINO	18 ANOS	15/10/2001
09/07/2003	FEMININO	17 ANOS	
09/07/2003	FEMININO	18 ANOS	
09/07/2003	FEMININO	18 ANOS	
18/07/2003	FEMININO	14 ANOS	
31/07/2003	MASCULINO	18 ANOS	
21/08/2003	MASCULINO	16 ANOS	01/09/2000
03/09/2003	MASCULINO	18 ANOS	
03/09/2003	MASCULINO	19 ANOS	
06/09/2003	MASCULINO	14 ANOS	19/08/2002; 04/11/2002; 12/11/2002; 23/12/2002
10/09/2003	MASCULINO	18 ANOS	22/04/2001; 30/08/2003
12/09/2003	MASCULINO	18 ANOS	17/01/2001; 03/02/2001; 01/09/2001; 28/11/2001;

			11/12/2001; 28/06/2002; 25/01/2003; 29/01/2003; 02/02/2003; 12/03/2003; 26/05/2003; 12/07/2003; 14/08/2003
17/09/2003	MASCULINO	16 ANOS	13/04/2002; 22/01/2003
19/09/2003	FEMININO	17 ANOS	28/04/2002; 02/05/2002; 07/06/2002; 27/07/2002; 20/08/2002; 19/03/2003; 04/04/2003; 08/04/2003; 19/06/2003; 09/01/2004
25/09/2003	MASCULINO	14 ANOS	
26/09/2003	MASCULINO	20 ANOS (+ ou - MANDATO DO JUIZ)	
01/10/2003	MASCULINO	19 ANOS	13/02/2003
04/10/2003	MASCULINO	17 ANOS	19/07/2000
04/10/2003	MASCULINO	19 ANOS	18/04/2001; 15/10/2001; 04/01/2002; 08/01/2002
05/10/2003	MASCULINO	18 ANOS	10/11/2002; 31/05/2003; 20/07/2003
15/11/2003	MASCULINO	16 ANOS	
16/11/2003	FEMININO	17 ANOS	
20/11/2003	MASCULINO	17 ANOS	11/05/2002; 20/06/2003
20/11/2003	MASCULINO	15 ANOS	02/09/2003; 03/10/2003
20/11/2003	MASCULINO	16 ANOS	08/10/2001
22/11/2003	MASCULINO	18 ANOS	
30/11/2003	MASCULINO	17 ANOS	
30/11/2003	MASCULINO	17 ANOS	
03/12/2003	MASCULINO	20 ANOS (MANDATO DE BUSCA)	
10/12/2003	MASCULINO	15 ANOS	09/12/2001
14/12/2003	MASCULINO	17 ANOS	22/04/2002; 03/09/03
14/12/2003	MASCULINO	18 ANOS	11/08/2002
17/12/2003	MASCULINO	18 ANOS	
19/12/2003	MASCULINO	14 ANOS	
19/12/2003	MASCULINO	15 ANOS	
23/12/2003	FEMININO	18 ANOS	
25/12/2003	MASCULINO	15 ANOS	31/12/2001; 16/12/2003
27/12/2003	MASCULINO	17 ANOS	

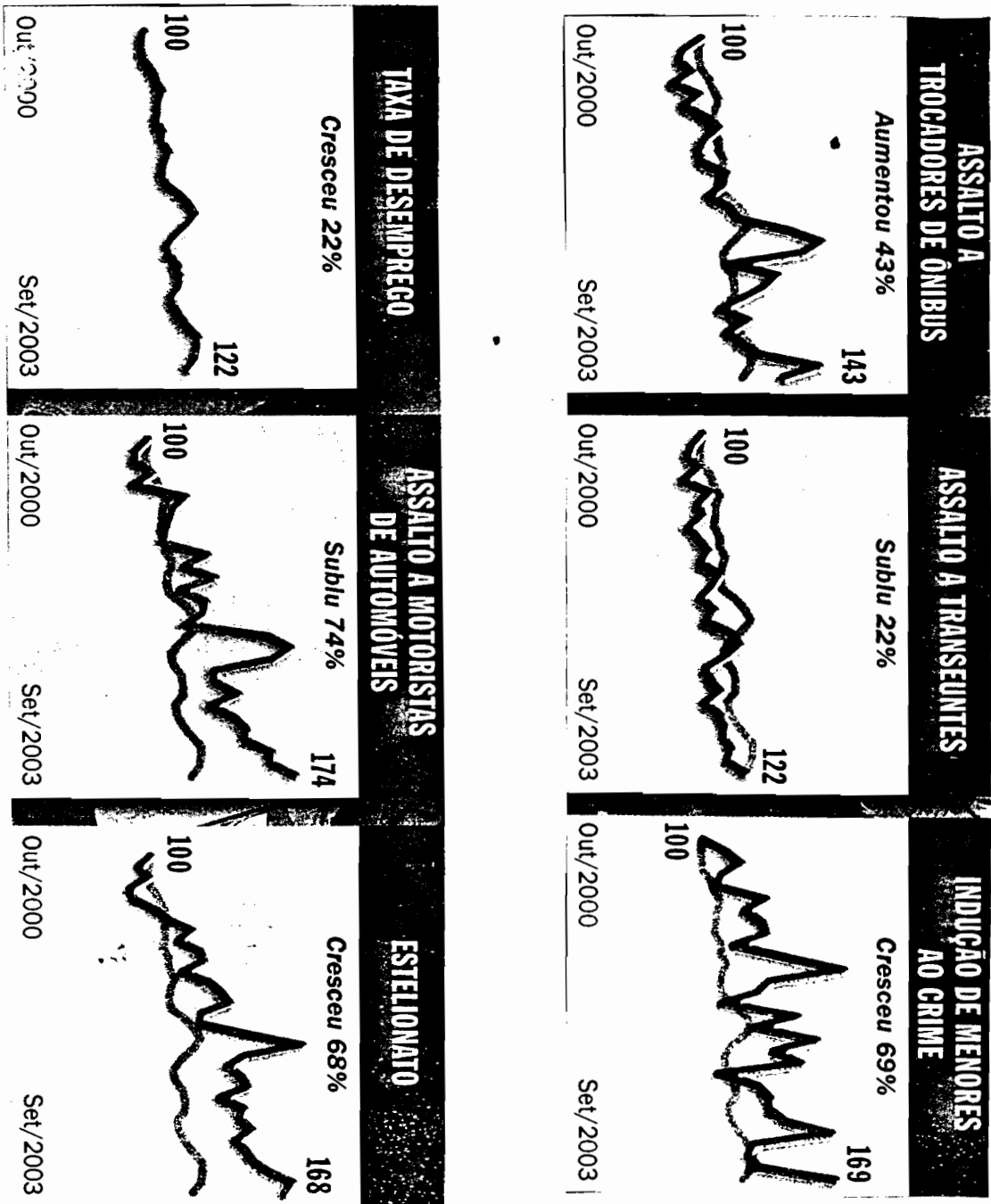
ANEXO III

Pesquisa: Como o desemprego aumentou o crime
 (Revista Época; nº 307 - 05/04/2004) - (a)



ANEXO III

Pesquisa: Como o desemprego aumentou o crime
 (Revista Época; n° 307 - 05/04/2004) - (b)



ABSTRACT

The research aimed at studying if the Project "Sport in the midnight" is effectively carrying through what it proposed to execute in its documents, that is, to fight against youthful crime with practical sportives, educatives and culturals. This study aimed at analyzing through of the qualitative boarding, using questionnaires and interviews half-directed in some situations that was not possible to apply those. The results pointed a great distance between what it consists as objective to be reached, beyond its forms of operationalize it and what effectively is executed together the adolescents of the project. The conclusion was that the project is basically an instrument of ideological propaganda of the State front a parcel of the devoid population of the peripheries of the Distrito Federal, not taking the transformations or the quality of life, longed for those populations.